



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

IRACY MAUÉS RODRIGUES

A PRESENÇA DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA

ABAETETUBA/PA

2019

IRACY MAUÉS RODRIGUES

A PRESENÇA DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito parcial obrigatório para obtenção de Título de Licenciado, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Mendes.

**ABAETETUBA/PA
2019**

IRACY MAUÉS RODRIGUES

A PRESENÇA DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito obrigatório para obtenção de Título de Licenciado, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Mendes.

DATA DA DEFESA: ____/____/____

CONCEITO/NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Mendes
Orientadora

Prof. Vilma Nonato de Brício
Membro avaliadora

Prof.

**ABAETETUBA/PA
2019**

Dedico este trabalho a minha mãe Rosinete Maués, meus pais Antônio Martins e Walter Rodrigues, meu namorado Rômerson Alexandre, meus irmãos Wander Rodrigues e Iran Rodrigues e meus finados avós, Olizia Marques e Cláudio Silva.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me proporcionar essa vitória em minha vida, perante todos os obstáculos existentes, minha fé me manteve de pé e me deu forças para lutar em prol desse grande sonho, o qual me sinto plena em realiza-lo.

Agradeço, principalmente, a minha mãe Rosinete Maués que sempre foi minha fortaleza, mulher guerreira, um exemplo a ser seguido, o amor da minha vida. Ela esteve e está ao meu lado sempre. Além de me dar a vida, passou valores importantes que me tornaram a mulher que sou hoje, sem ela, este sonho não seria possível.

Agradeço ao meu pai de coração Antônio Martins, o qual foi essencial em minha vida, junto a minha mãe, foi responsável por cuidar e educar a mim desde meus seis meses de vida, me mostrando desta forma que sangue é apenas um detalhe e o que realmente importa é o amor que temos um pelo outro. Obrigada meu paizinho por tudo, por todos os dias desde a minha infância, me levar e buscar na escola, durante minha trajetória escolar, por, atualmente, em minha trajetória no ensino superior, me levar e me buscar todos os dias na parada do ônibus, mesmo depois de um dia exaustivo de trabalho, me abençoar todo santo dia, por cuidar e estar ao meu lado sempre, durante esses vinte e três anos de vida que tenho, o senhor assim como minha mãe, é minha fortaleza, vocês são minha base, minhas vidas. Se hoje sou esta pessoa é devido ao amor, carinho, ensinamentos e valores que vocês me deram, desde minha infância. Muito obrigada!

Agradeço ao meu pai de sangue Walter Rodrigues, por também estar ao meu lado sempre, por cuidar de mim e fazer parte da minha vida, sou muito privilegiada em ter uma mãe e dois pais maravilhosos, obrigada meus amores por tudo, eu amo muito vocês.

Agradeço ao meu irmão Wander Rodrigues por estar presente e me ajudar em minha trajetória escolar e de nível superior, sempre se preocupando comigo, querendo o melhor para minha vida.

Agradeço ao meu irmão Iran Rodrigues por estar presente em minha vida sempre, por me ajudar e cuidar de mim e não medir esforços para isso. Para mim, além de irmão, se tornou um pai e um amigo muito especial, uma pessoa que tenho muito orgulho, respeito, amor e admiração.

Agradeço ao meu namorado Rômerson Alexandre por me apoiar e me ajudar durante toda a minha luta por esse sonho, sempre me incentivando a acreditar em minha capacidade, a lutar e nunca desistir dos meus sonhos. Obrigada por ser um companheiro maravilhoso que eu

amo muito e que nunca mediu esforços para ajudar-me sempre que precisei e preciso, por estar comigo nos bons e nos maus momentos, por estar comigo sempre.

Agradeço aos meus cachorrinhos, Mel, Melanie, Pompom, Thor, Aladim e Mary por trazerem alegria aos meus dias, com seus carinhos e travessuras, me acompanhando sempre nas horas de estudo em casa, pela manhã, tarde, noite e até de madrugada, sempre com muito amor e carinho, meus bebês que eu amo demais. Meus filhinhos de quatro patas, muito obrigada!

Agradeço de coração a minha tia Marlene Silva, meu tio Maurito Amaral, minha prima Marilene Amaral e seu esposo Igor Sena por me acolherem com muito carinho em seu lar durante o início desta trajetória em busca da realização deste grande sonho. Vocês me acolheram de uma forma maravilhosa, de forma a me fazer sentir em casa, com o carinho e amor desta família maravilhosa que vocês são. Serei eternamente grata a tudo que vocês fizeram por mim, no período o qual estive morando com vocês meus amores, minha família, muito obrigada de coração!

Sou grata a minha orientadora Professora, Dr.^a Sandra Karina Mendes, por me ajudar nesta trajetória de elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, sem sua ajuda, esta pesquisa não seria possível, sempre muito atenciosa, responsável, compreensiva e comprometida com seu trabalho, sem dúvidas um exemplo para mim como profissional e pessoa.

Agradeço a Professora Dr.^a Vilma Brício por também me ajudar a evoluir em minha graduação, amadurecer em vários aspectos durante suas disciplinas ministradas e através do Grupo de Pesquisa Experimentações. É um exemplo para mim de profissional e como pessoa.

Agradeço ao meu grupo Pedagogatinhas, o qual durante esses quatro anos e meio, pudemos construir além de um grupo de estudos, uma amizade sólida, onde nos tornamos além de amigas, irmãs, cada uma com sua personalidade, Joyce Corrêa, Maiara e Silva, Naiara Novaes e Ana Monteiro, obrigada meus amores, eu amo vocês.

Desta forma, me sinto muito feliz ao encerrar esta jornada em minha vida, com o pensamento a sempre querer evoluir tanto profissionalmente quanto humanamente. Buscando assim, dar o melhor de mim, na profissão ao qual escolhi para exercer, a qual sempre sonhei. Sei que não será fácil e que haverá muitos obstáculos a serem superados, mas peço a Deus sabedoria durante todo o meu percurso para assim, ser uma profissional dedicada e comprometida com meu trabalho.

RESUMO

O tema escolhido relacionado à família, currículo, gênero e sexualidade perpassa contextos históricos variados, possuindo grandes contribuições e conquistas para nossa sociedade atual. Assim, este presente trabalho teve como objetivo compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola e de que forma a escola trabalha em seu currículo os diferentes arranjos familiares. Como referencial teórico acionei Louro (2008), Foucault (2005), Fonseca (2005), Uziel (2007), (Ferrari, 2011), Silva (2005), Apple (2006). A vigente pesquisa se deu de forma qualitativa e de forma bibliográfica, onde utilizei como método a pesquisa de campo. A mesma foi desenvolvida na Escola E.E.F.M Irmã Estella Maria, de forma a qual, pude entrevistar a gestora, a coordenadora pedagógica da escola, o professor de arte, do laboratório multidisciplinar, a professora de língua portuguesa, de história e de matemática, do sétimo ano da escola e o casal referente à família homoparental. Como técnica de coleta de informações usei a entrevista não padronizada e a observação direta intensiva. Após a fase de coleta de dados, transcrevi as entrevistas, selecionei os discursos que foram condizentes com meu objetivo geral e meus objetivos específicos. Em seguida, realizei a análise do discurso com base na perspectiva de Michel Foucault. E como resultados ressalto que obtive dados que foram significativos em relação a meu objeto de pesquisa, onde pude compreender que se a relação família escola está fragilizada, em relação às famílias homoparentais está mais ainda, devido ao grande preconceito existente em nossa sociedade que acaba contribuindo para a invisibilidade dessas famílias no âmbito escolar, onde na maioria das vezes por medo de que seus filhos possam sofrer algum tipo de violência perante a orientação sexual e forma de vida que possuem acabam se afastando da escola deles. Assim, pude compreender que esta temática ainda é considerada um tabu dentro das escolas, onde seus membros, a maioria não estão preparados para trabalhar este assunto em suas práticas curriculares, pois existem professores que tem consciência da importância deste assunto ser trabalhado no âmbito educacional e outros que por não conhecerem, ainda possuem certa limitação. Logo, dentro dos vários discursos coletados pude perceber que a religião é o fator principal o qual condena as famílias homoparentais, por vários aspectos.

Palavras-chave: Família Homoparental. Currículo. Gênero. Sexualidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL	23
3 VISÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL SOBRE A SUA INSERÇÃO NA ESCOLA	34
4 AÇÕES CURRICULARES E A INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	64
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66

1 INTRODUÇÃO

Perante as transformações expressivas que vem ocorrendo em nossa sociedade nos dias atuais, pode-se afirmar que esse processo de mudança reflete em todos os segmentos sociais, dentre eles as instituições escolares, as quais acabam vivendo tais transformações diariamente, uma vez que elas são o reflexo de tal contexto. Como parte da comunidade escolar destaco a família que se modificou e que também vem sofrendo algumas transformações já há alguns anos. O antigo modelo tradicional de família, constituído por um homem (pai), mulher (mãe) e filhos já não se sustenta como a única possibilidade de arranjo familiar. Atualmente existem diversas configurações familiares, dentre elas, a qual dei ênfase a minha pesquisa que é a família homoparental.

O presente trabalho tem como objetivo compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola e de que forma a escola trabalha em seu currículo os diferentes arranjos familiares. Partimos do pressuposto que a família é a primeira instância socializadora, a qual é a inicial referência de pessoa que a criança possui desde seu nascimento. Logo, a escola como segunda instância socializadora, deve trabalhar o currículo de forma inclusiva, acolhendo os diferentes arranjos familiares em seu âmbito institucional.

Desta forma, o tema deste trabalho surgiu a partir de uma roda de conversa, realizada na Universidade Federal do Pará na cidade de Belém, através da disciplina teoria do currículo, do curso de Pedagogia, como proposta de trabalho referente à obtenção de conceito para a disciplina. Nesta disciplina, abordávamos assuntos referentes a currículo, gênero, família e sexualidade, na qual se ressaltava a importância de trabalhar essas temáticas na educação.

Foi nessa ocasião que uma integrante do evento relatou que na escola onde ela trabalhava, havia professores homofóbicos e uma família homoparental, e que a escola não tomava nenhuma atitude quanto a isso. Ou seja, algo que me despertou o interesse para esse tema, com o objetivo de buscar compreender como uma família homoparental é recebida no âmbito escolar de seu filho, porém, buscando analisar a visão da comunidade escolar (gestão, coordenação, corpo docente e família homoafetiva) e, ao mesmo tempo, contribuir para a quebra de preconceitos que essas famílias sofrem, buscando formas de inclusão desses novos arranjos familiares no contexto escolar.

É cada vez mais perceptível que sem um processo massivo de educação, em todas as esferas da sociedade, é praticamente impossível assegurar uma igualdade legal e social entre

diferenciados grupos sociais em qualquer sociedade, pois ninguém nasce homofóbico, pois a homofobia é construída, assim como nossas crenças, valores e atitudes que resultam de um processo de aprendizagem social.

Acreditamos que seja importante a parceria entre família e escola, para o bem-estar dos próprios alunos, para que assim haja um compartilhamento de ideias e construções conjuntas por parte das famílias e das escolas, de modo a estabelecer um diálogo constante para que possam ajustar seus propósitos e ideais.

Esta pesquisa tem relevância pessoal, acadêmica e social. Do ponto de vista pessoal sempre busquei respeitar e admirar os diferentes arranjos familiares, pois faço parte de um desses diferentes arranjos. Desde os meus três meses de idade meus pais se separaram, e três meses após minha mãe entrou em um novo relacionamento com outra pessoa, desde lá estão juntos, minha mãe e meu pai de coração, que me criou, educou, me deu amor e muito carinho, me ensinou valores que contribuíram para ser a pessoa que sou hoje.

Logo, somos uma família diferente, formada não pelo laço sanguíneo e sim pelo amor que temos um pelo outro, porém, meu pai de sangue também fez parte da minha criação, casou-se com outra mulher e teve mais dois filhos. Ou seja, tenho dois pais e uma mãe que fizeram e fazem de tudo por mim e a eles sou eternamente grata por tudo. Minha família é diferente da considerada tradicional, todavia, não me fez ser uma pessoa pior que as outras, logo, a importância pessoal que está temática possui.

Do ponto de vista acadêmico destaco que a produção científica sobre esta temática irá destacar questões que se fortalecerão com este trabalho, pois são questões que cotidianamente estão sendo trabalhadas no âmbito escolar, de modo que, discutir e trabalhar esses assuntos nas instituições deve ser percebido como uma maneira de educar seus alunos e todos os elementos envolvidos, para contribuir na quebra de preconceitos, de padrões unificados, pois nas escolas são produzidos sujeitos, portanto deve-se ter muita cautela e responsabilidade durante esse processo.

Do ponto de vista social esta pesquisa irá contribuir para a valorização e respeito aos diversos arranjos familiares, visando provocar uma maior visibilidade dos mesmos na sociedade, auxiliando desta forma para a quebra de preconceitos existentes e de opiniões tão erradas sobre, pois através da sociedade constroem-se valores e padrões que acabam se tornando rótulos a serem seguidos, desta forma, discutir e abordar este assunto no âmbito social torna-se de extrema importância para se romper esses rótulos e construir o respeito à diversidade.

Com base nas ponderações até aqui colocadas, definimos como problema de investigação nesta pesquisa: o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola?

Como questões norteadoras temos: Como a gestão da escola se organiza pedagogicamente para o caso de receber uma família homoparental? O que a família /homoparental pensa sobre a sua inserção na escola? Que ações curriculares os professores desenvolvem para a inclusão das famílias homoparentais na escola?

Como objetivo geral busquei compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola. E como objetivos específicos resolvi analisar a organização pedagógica da escola Irmã Estella Maria perante o fato de receber uma família homoparental; compreender o que a família homoparental pensa sobre a sua inserção na escola e identificar as ações curriculares que os professores desenvolvem para a inclusão das famílias homoparentais na escola.

Na condição de discente do curso de Pedagogia, a temática relacionada a família, currículo, gênero e sexualidade me despertou interesse na busca por tentar compreender como uma família homoparental é recebida no âmbito escolar de seu filho, pois, é notável que a presença de crianças nas escolas originadas dos vínculos entre esses casais torna-se cada vez mais frequente e, a criança advinda desse tipo de união deverá, igualmente, ter direito a uma educação sem discriminações.

Em minhas buscas por pesquisas que se aproximam da minha temática encontrei dois trabalhos que contribuíram para minha compreensão sobre o assunto. O primeiro é com o tema “A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar”, elaborado pela Anna Luzia de Oliveira da Universidade Federal da Paraíba (2010) onde analisa a homofobia em um caso que envolve um aluno, filho de um casal homossexual, em uma unidade de ensino da cidade de Campina Grande-Paraíba.

Inicialmente, a autora faz uma breve reflexão sobre homossexualidade; posteriormente reflete ir sobre a homofobia e sua presença na escola; sobre a instituição família na contemporaneidade como uma construção social e histórica e sobre a organização da família homoparental e sua interação e comunicação com a escola. Em seguida, analisa três cenas envolvendo o referido aluno, filho de um casal homossexual, duas professoras e a recepcionista/telefonista da escola ao qual fez sua pesquisa.

Já o segundo trabalho, intitulado “Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades”, elaborado por Mariana de Oliveira Farias da Faculdade Pitágoras, cursos de Pedagogia e Psicologia, em Jundiaí – SP (2015), cujos objetivos foi refletir e analisar, a partir

de publicações na área de educação sexual, diversidade e homoparentalidade, de que forma mitos relacionados à homossexualidade e conceitos de família podem interferir na forma como a escola tem lidado com o tema da homoparentalidade, usando como método a revisão da literatura sobre os temas: famílias homoparentais e escola, realizando uma análise crítica a respeito do papel da escola e dos profissionais da educação diante destas famílias.

Porém, esta pesquisa busca contribuir para compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola e de que forma a escola trabalha em seu currículo os diferentes arranjos familiares, tendo como local a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irmã Estella Maria, localizada no município de Abaetetuba, PA.

A pesquisa se deu de forma qualitativa, pois:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência vida entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2005.p.79).

Ou seja, a pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais.

A pesquisa se deu também de forma bibliográfica, onde se apoia em fundamentos teóricos que sustentam a formulação de um problema e na colação de técnicas e de instrumentos de pesquisa. Longe se ser exaustiva, a bibliografia quer indicar que o pesquisador pode encontrar uma farta documentação para desenvolver a própria pesquisa e resolver os problemas teóricos e práticos que a investigação exigir.

Ademais, meu trabalho possui como método a pesquisa de campo, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Ainda segundo os autores:

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para sabermos em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que estabeleçamos um modelo teórico inicial de referência,

da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Em seguida, Prodanov e Freitas (2013, p. 59) destacam que “em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, determinamos as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na definição da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Por último, antes que realizemos a coleta de dados, é preciso estabelecer as técnicas de registro desses dados como também as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior”.

Assim, perante os autores Prodanov e Freitas (2013, p. 59 - 60)” no estudo de campo, estudamos um único grupo ou uma comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes”.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola no município de Abaetetuba, que possui família homoparental. Tendo como foco a visão da comunidade escolar perante o assunto ser trabalhado na escola, e de como a mesma trabalha esses assuntos em seu currículo. A escola foi escolhida de acordo com o objetivo do trabalho, pois contemplou aspectos que contribuíram para a realização da mesma.

A pesquisa envolveu uma família homoparental, casal de lésbicas, junto a uma criança, o qual é filho de uma das mulheres com seu relacionamento anterior, e juntas formaram uma nova família. Também houve a participação da escola a qual o menino estuda, no sentido de que foi abordada a gestora, coordenadora e alguns (as) professores (as) do sétimo ano no turno da manhã.

Utilizei como procedimento metodológico de levantamento de dados a entrevista e observação. Como escolha, usei a observação direta intensiva, onde segundo Lakatos e Marconi (1992), a observação direta intensiva é um tipo de atividade que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

A entrevista foi a não padronizada ou não estruturada, a qual segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 106) “não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista. Em geral, as perguntas são abertas, a entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema”. Foram entrevistados a gestora, a coordenadora pedagógica da escola, o professor de arte, do laboratório multidisciplinar, a professora de língua portuguesa, de história e de matemática, do sétimo ano do Ensino Fundamental da

escola e o casal referente à família homoparental, a fim de obter informações que contribuíssem com minha pesquisa.

Primeiramente, para coletar dados para minha pesquisa fui à instituição escolar, onde possuo uma família homoparental, para ouvir a opinião da gestora, coordenadora e do quadro de professores (as) referente a esse diferente arranjo familiar. No primeiro dia que fui à escola a qual realizei minha pesquisa, conversei com a gestora, em favor de conseguir permissão para desenvolvê-la. A diretora autorizou e me encaminhou ao vice-diretor para que ele me auxiliasse a identificar os professores (as) do 7º ano, o qual o aluno filho da família homoparental estuda. Consegui falar com todos (as) e alguns se comprometeram a responder as duas perguntas de forma discursiva. Alguns me entregaram no mesmo dia suas respostas, outros marcaram outras datas para eu buscar.

A gestora me relatou que não poderia gravar a entrevista devido à falta de tempo, porém, iria responder de forma discursiva as perguntas. Ainda neste dia, enquanto aguardava a entrega das respostas por parte de alguns professores pude visualizar o PPP da escola, o qual desde 2016 não é modificado. A coordenadora pedagógica faltou neste dia, logo só pude falar com ela no dia seguinte e a mesma também não permitiu que eu gravasse a entrevista, me falou que responderia as questões através de uma conversa, e que eu poderia anotar os pontos que achasse interessante e que fossem contribuir com minha pesquisa. Fui à escola por sete dias, mas em horários diferentes para buscar as respostas das perguntas discursivas dadas aos professores (as).

Após coletar os dados na escola, marquei e realizei a entrevista com a família homoparental, especificamente um casal de lésbicas, as quais mudaram seus relatos, pois anteriormente em uma conversa informal me relataram uma determinada situação, mas durante a entrevista mudaram completamente os seus discursos. Porém, foi algo que me fez repensar meus objetivos específicos e construir novos através dos relatos das mesmas.

Após essa fase de coleta de dados, transcrevi as entrevistas, selecionei os discursos que foram condizentes com meus objetivos específicos e gerais. Em seguida, realizei a análise do discurso segundo a perspectiva de Michel Foucault.

Segundo Fischer, (2001, p. 198), “para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas”.

“O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” escreve Foucault (1986, p. 146). Ou seja, se faz necessário conhecermos esse processo histórico para

compreendermos o discurso. Ainda na concepção do autor, “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p.135).

Segundo Fischer:

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um “discurso”. Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso. (FISCHER, 2001, p. 198).

Sobre o discurso, Foucault afirma:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56).

Em quase todas as formulações sobre discurso, Foucault (1986) refere-se ao enunciado:

Discurso como número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, ou como domínio geral de todos os enunciados, grupo individualizável de enunciados, prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados são algumas delas (FOUCAULT, 1986, P. 90, 135).

Logo:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 1986, p.61- 62).

O tema escolhido perpassa contextos históricos variados, possuindo grandes contribuições e conquistas para nossa sociedade atual. Autores renomados como Foucault, Apple, Paulo Vecchiatti, Tomás T. da Silva e Louro, abordam em seus estudos assuntos referentes à família homoparental, currículo, gênero e sexualidade. Sendo assim, remeto-me a primeiramente a conceituar gênero.

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas as ideias; mas também a instituições, a estrutura, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivada; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 15).

Diante esta conceituação podemos perceber que a questão de gênero se constrói em diferentes contextos, situações, lugares, tempos e ações. Ressalva-se que dentro do processo de construção de identidade de gênero de cada pessoa existem vários fatores que contribuem para essa elaboração, como classe social, nível de escolaridade e idade dos pais, local de moradia, religião, nacionalidade, entre outros.

Louro (1999, p. 21) destaca que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais”. Logo, destaca-se a importância de um currículo bem elaborado nas instituições educacionais, de forma a compreender o contexto ao qual está inserido e os indivíduos que o compõem.

O currículo é, então, sempre o resultado de uma seleção baseada em critérios contextualizados social e historicamente. O campo dos estudos curriculares no mundo e no Brasil tem se ampliado consideravelmente nas últimas décadas do século XX e, indubitavelmente, tal processo encontra-se em curso neste início de século XXI (MOREIRA, 2001). Associado a esses assuntos, remeto a falar sobre família, citando Reis (1984, p. 99) ao afirmar que “é na família, mediadora entre indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a ferramenta da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir”.

Destaco em meu trabalho a família homoparental, a qual é constituída através da união de pessoas do mesmo sexo, que infelizmente sofrem muitos preconceitos de pessoas homofóbicas, devido sua orientação sexual. Isso faz com que, na maioria das vezes, prefiram esconder sua sexualidade para evitar problemas em seu âmbito familiar, profissional e social.

Porém, devemos destacar que a homofobia é um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e de frequência, de sociedade para sociedade e no interior de cada uma delas.

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos (BRITZMAN, 1996).

A invisibilidade das famílias homoparentais se dá normalmente pelo grande preconceito existente em nossa sociedade, o que ocasiona na maioria das vezes em medo e vergonha dessas famílias se exporem e se assumirem publicamente nos vários âmbitos sociais. É muito presente na sociedade o fato de o modelo tradicional de família (mãe, pai e filho) ser considerado como correto, e o que foge disso, ser estranho, errado por muitas vezes. Desta forma, abordar o tema na escola faz-se de extrema importância, pois envolve vários campos do currículo, de forma a contribuir para o respeito à diversidade de sexo, gênero e família, assuntos interligados.

Como referencial teórico referente à Sexualidade e Gênero destaco: Louro (2008), que argumenta sobre a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente, ou seja, é um processo contínuo, onde se está constantemente em construção e pode se modificar no decorrer do tempo. Ainda segundo a autora:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 18).

Essas instâncias são responsáveis por parte desse processo, pois influenciam direta e indiretamente a forma como nos relacionamos em sociedade, tentando exercer o controle sobre nossas formas de ser e agir, impondo desta forma padrões a serem seguidos.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, p.41, 1997).

Hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas.

Segundo Foucault:

Não se deve concebê-la [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Desta forma, percebemos o quanto a sexualidade é considerada mesmo após tantos anos um tabu em nossa sociedade, onde na maioria das vezes, querem controlar e manter um certo padrão das orientações sexuais, como a questão da heterossexualidade e a homossexualidade. A sociedade heteronormativa julga a homossexualidade como algo pecaminoso, como doença, errado, ou seja, condenando essas pessoas perante sua diferente orientação sexual.

É como se existisse certo controle dos corpos das pessoas, e isso ocorre desde o momento em que os pais descobrem que vão ter filhos. Ficam na expectativa ao saber se é menino ou menina, entrando assim na questão do rosa e azul como divisor dos gêneros, adentrando a fase do brincar, do carrinho e da boneca, das formas de se vestir e de se portar, entre outras, fortalecendo assim o mito de que esses fatores influenciarão na futura orientação sexual das crianças. Para Louro:

Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais (LOURO, 2008, p. 19).

Os estudos de Foucault mostram que as verdades de cada tempo são construções históricas e, portanto, podem ser também desconstruídas. Assim também Foucault (2005) analisa a sexualidade como um dispositivo histórico de poder da modernidade, constituído por práticas discursivas e não discursivas, que produzem uma concepção do indivíduo como sujeito de uma sexualidade, ou seja, constituindo saberes e poderes que buscam normatizar, controlar e estabelecer “verdades” acerca do sujeito na sua relação com o corpo e com os prazeres. Foucault observa que mecanismos específicos de saber e poder centrados no sexo produziram discursos normativos sobre a sexualidade das mulheres, das crianças, dos casais e demarcaram o campo das perversões sexuais, entre elas a homossexualidade.

Deborah Britzman afirma que:

Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74).

As discussões sobre a definição do conceito de gênero tornam-se presentes, principalmente, perante os trabalhos desenvolvidos pelos grupos feministas na década de sessenta, questionando as concepções tradicionais que definem o que é ser mulher ou ser homem. A pesquisadora Dagmar E. Meyer ressalta que o conceito gênero representa todas as formas de construção social, culturais e linguísticas implicadas com os processos que diferenciam homens de mulheres, incluindo aqueles processos que produzem os corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (MEYER, 2003, p. 16).

Ainda, de acordo com Guacira Louro,

Não é propriamente o sexo ou não são exatamente as características sexuais que nos permitem dizer o que ou quem é masculino ou feminino, mas sim tudo aquilo que associamos aos sexos, a forma como representamos determinadas características, comportamentos, valores e habilidades (LOURO, 1998, p. 88).

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO 2004).

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como

escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la. (LOURO, 2008).

Como referencial teórico referente à Família Homoparental, partimos da ideia de que o conceito de família se modifica ao longo da história, do contexto político e social em que estão inseridas. De acordo com Fonseca (2005), o conceito de família varia não somente em relação à sua configuração, mas também de acordo com a categoria social a que pertencem seus membros:

[família] significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (FONSECA, 2005, p. 51).

Para Uziel (2007), existe uma dificuldade contemporânea em definir o que seria família, mas esta continua sendo a instituição organizadora da sociedade contemporânea, tendo especial proteção do Estado, de acordo com o artigo 226 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1888). Juridicamente são consideradas famílias: aquelas unidas pelo casamento entre homem e mulher; aquelas constituídas pelo pai ou mãe e seu(s) filho (a); aquelas unidas pela união estável, onde o Supremo Tribunal Federal reconheceu as uniões estáveis também entre pessoas do mesmo sexo.

Anteriormente, a família era representada pelo casamento entre homem e mulher, com o objetivo de constituir uma prole e educá-la, fundada na autoridade paterna em relação aos demais membros da família e as funções eram rigorosamente definidas: a mulher era encarregada de ser mãe e esposa, e o homem, pai provedor, tinha por direito eleger as normas e ordens a serem respeitadas, representando a figura de autoridade, assim a família era centrada no modelo exclusivamente heterossexual. (UZIEL, 2007).

Na contemporaneidade, a família se caracteriza por um poder isonômico entre os cônjuges, não sendo mais exclusividade do pai. Hoje, as relações se dão de forma horizontal, todos os membros têm os mesmos direitos em opinar nas decisões a serem tomadas, por meio de contratos, de modo que as regras são combinadas e não mais impostas pela autoridade paterna, não mais definida pelo modelo heterossexual, mas estruturada com base nas escolhas pessoais (UZIEL, 2007).

Perante a diversidade de configurações familiares, a família homoparental emerge com grande visibilidade e reivindica direitos e serviços que a respeitem. As famílias homoparentais ameaçam a ordem hegemônica heterossexista na qual a felicidade afetiva e sexual entre dois

adultos e o bem-estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada pela união entre um homem e uma mulher. Ao se constatar que as famílias homoparentais podem contribuir igualmente para estes fins, a sociedade se sente ameaçada, com medo de ter suas bases abaladas. (FARIAS, 2015).

O termo homoparentalidade é tradução do francês *homoparentalité*, cunhado em 1997, pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens (APGL) em Paris. Refere-se à situação familiar na qual, no mínimo, o pai ou a mãe se assume como homossexual (ROUDINESCO, 2003).

Dessa forma, as maiores das famílias homoparentais tentam buscar seu reconhecimento e valorização, para que assim, rompam com os preconceitos, de pessoas homofóbicas que não aceitam as diferentes orientações sexuais presentes na sociedade. Nesse sentido, a homofobia se fundamenta na heteronormatividade, que se trata da ideia de que a heterossexualidade é a norma e que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais (FERRARI, 2011).

Segundo Costa, Fossatti e Neto (2010), o modelo de família referenciado pelos profissionais da educação é o da família tradicional, formado por homem e mulher casados, com envolvimento afetivo e sexual, sendo exercido exclusivamente no par conjugal e com filhos/as que coabitam. Todas as outras formas de arranjos familiares são percebidas como “deseestruturadas” e “desajustadas”.

Nesse sentido, as maiores das escolas ignoram o fato de existirem diversos arranjos familiares, o que acaba por tornar muitos casos invisíveis, o que parece representar um não reconhecimento da homoparentalidade como parentalidade legítima pela comunidade escolar, ocasionando assim, a busca pela negação dessa realidade. Logo, Junqueira (2009, p. 28) considera que “nunca é demais sublinhar que este estado de negação constitui, pelo menos, uma forma passiva de homofobia”.

Na maioria das vezes, a família homoparental não é reconhecida como família e não é refletida ou discutida no âmbito escolar. Algo que pode se tornar prejudicial para a criança ou adolescentes pode prejudicar a confiança e autoestima dos mesmos. Em relação ao referencial teórico referente ao currículo, entendemos que o estudo sobre o currículo é de extrema importância para o âmbito educacional, pois, é muito amplo e possui diferentes abordagens teóricas e experimentações metodológicas.

O currículo é intenção e realidade que ocorrem em um determinado contexto e que se tornam reflexos de decisões tomadas em vários tipos de sociedades. Desse modo, o currículo pode ser concebido como um dispositivo, dada a sua condição de fazer e de fazer falar

(DELEUZE, 1990, p. 155) e revela-se por aquilo que enuncia, tanto na sua escrita quanto na sua fala, e por aquilo que está implícito, oculto, tácito. Ao enunciar, o currículo produz aquilo que passará a ser referente de toda a ação educativa. Por isso, o currículo pode ser pensado como uma narrativa, como uma metanarrativa, justamente por veicular as grandes verdades, ou melhor, por fazer passar aquilo que diz por grandes verdades (SILVA, 2003).

Para Silva (2005) o currículo é sempre resultado de uma seleção e selecionar é uma operação de poder. Cada teoria curricular vai selecionar quais conhecimentos serão válidos ou não e justificar a escolha a partir de duas questões centrais “o quê” deve ser ensinado e “o que eles ou elas devem se tornar”.

Apple (2006) o concebe como algo estreitamente relacionado às estruturas econômicas, culturais e sociais mais amplas, questionando, sobretudo o motivo pelos quais alguns conhecimentos são considerados legítimos e outros não. Segundo ele:

A partir do momento em que preservam e distribuem o que é considerado como o ‘conhecimento legítimo’ - o conhecimento que ‘todos devemos ter’ - as escolas conferem legitimação cultural ao conhecimento de grupos específicos. Todavia, isso não é tudo, uma vez que a capacidade de um determinado grupo tornar seu conhecimento em ‘conhecimento para todos’ encontra-se relacionada com poder que esse mesmo grupo detém no campo político econômico. Assim, poder cultural devem ser vistos, não como entidades estáticas sem relação entre si, mas como atributos das relações econômicas existentes numa sociedade. (APPLE, 2006, p. 138).

Logo, o currículo é um instrumento de formação de professores e de alunos, ou seja, a matriz curricular, o planejamento de ensino e a proposta pedagógica como texto e linguagem curricular, geram outros efeitos ao produzir os sujeitos e seus discursos, ao produzir os modos de ser sujeito, os modos de ser professor e aluno. Constitui, enfim, as posições de sujeito, o lugar do sujeito na prática educativa, na relação pedagógica, na relação com o saber, na escola.

Este trabalho está dividido em cinco secções e está organizado da seguinte forma: a primeira refere-se à introdução; a segunda aborda a organização pedagógica da escola e a família homoparental; a terceira retrata a visão da família homoparental sobre a sua inserção na escola; a quarta refere-se às ações curriculares e a inclusão das famílias homoparentais e a quinta secção destina-se as considerações finais da presente pesquisa.

2 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL

Nesta seção abordo a forma como a gestão escolar se prepara pedagogicamente para acolher uma família homoparental na instituição, trazendo os relatos associados com conteúdos teóricos para analisar os dados levantados na comunidade escolar.

A educação possui uma função exclusiva no processo de humanização do homem e de transformação social. Segundo Brandão (1981, p.17), “[...] os antropólogos, ao se referir sobre o assunto, pouco querem falar de processos formalizados de ensino”. Eles apontam processos sociais de aprendizagem onde não existe nenhuma situação propriamente escolar de transferência do saber.

A educação aparece sempre que aparecem formas sociais de condução e controle da aventura do ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à Pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, suas regras e tempos e constitui executores especializados. É quando surgem a escola, o aluno e o professor [...] (BRANDÃO 1981, p. 26).

Logo, o processo educativo ocorre em todas as sociedades, de maneira formal e informal, envolvendo aspectos históricos, culturais, sociais, religiosos, entre outros, onde os mesmos são responsáveis pela formação de crianças, jovens e adultos, além de contribuir para seu processo de desenvolvimento social, envolvendo normas, regras e padrões a serem seguidos.

Desta forma:

A concepção de educação, é entendida aqui como uma prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade. Para efeito desta análise, a educação pode ser vista como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, a qual se mostra como *lôcus* privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam coletivamente ou educacionalmente. Assim, efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino (DOURADOS, 2007, p. 926).

Durante o segundo dia na escola onde desenvolvi a presente pesquisa, pude conhecer a visão da gestora e coordenadora pedagógica sobre a temática referente às famílias homoparentais. Onde tentei realizar a entrevista com as mesmas, porém a gestora concordou em respondê-las de forma manuscrita. Já a coordenadora Pedagógica, somente permitiu que eu fizesse anotações sobre as respostas que ela deu perante as perguntas e que eu achasse necessário, ou seja, não pude gravar nenhuma das entrevistas. Pude também analisar o PPP da escola, onde destaco que não é atualizado desde 2016.

A escola no decorrer de sua trajetória passou por inúmeras transformações adaptando-se e correspondendo às demandas da sociedade que às representa. Contempla um contexto diversificado de culturas, somadas aos valores sociais e necessita oportunizar o desenvolvimento e aprendizagem dos cidadãos. A educação oportunizada pelas instituições escolares assumem um caráter intencional e sistemático, que prioriza o desenvolvimento intelectual sem descuidar da importância dos outros aspectos, tais como, emocional, físico, moral e social (PATTO, 1981).

“Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas “ (LOURO, 1997).

O que é construído historicamente, que ainda reflete nos dias de hoje, pois a escola atual continua sendo um campo de distinções, cheia de padrões e modelos hegemônicos, onde a diferença ainda pesa muito em seus vários aspectos, diferenças sociais, culturais, religiosas, de gênero, de raça e de classe social.

Os conceitos, sentimentos e questionamentos a respeito da sexualidade e orientação sexual são construídos nos relacionamentos e espaços culturais e sociais, como na família, nos clubes, nas instituições religiosas, e também na escola. Conforme Louro (2011, p. 84) nos ensina, é fundamental reconhecer que “a escola não apenas reproduz e reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz”, pois o ambiente escolar acaba por perpetuar preconceitos da sociedade, criando novas raízes de ódio e exclusão.

Assim, pude conhecer a organização pedagógica da Escola Estella Maria perante o fato de possuir uma família homoparental na instituição e como a mesma trata a questão da homossexualidade. Dentre os elementos da comunidade escolar que são responsáveis pelo processo de organização pedagógica da instituição destaco a gestão e coordenação pedagógica.

Na concepção de Libâneo, a Gestão é uma “atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos, envolvendo, basicamente, os aspectos gerencial e técnico – administrativos” (LIBÂNEO, 2003, p. 318).

Ainda segundo Libâneo (2000), à direção cabe por em ação de forma integrada e articulada, todos os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação), envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação, coordenação.

Sobre o papel do coordenador, Libâneo (2001), afirma que o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais junto ao corpo docente. O coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar ao longo da sua formação.

Destacamos os papéis destes dois elementos da comunidade escolar na construção de um processo de ensino onde se promova a inclusão e o respeito às diversidades existentes na sociedade, além de promoverem uma parceria com a família, não devendo excluí-las independente de sua formação.

Logo, a escola e a família têm um importante e fundamental papel na contribuição do desenvolvimento humano e socialização da criança desde os anos iniciais. Ambas com suas dimensões culturais, sociais, históricas e políticas configuram papéis diferenciados, porém cumprindo suas funções específicas. A escola e a família fazem parte do processo de socialização da criança e adolescente com o objetivo de garantir o direito integral, incluindo a formação intelectual e cidadão (LACASA, 2004).

Perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a escola tem obrigação de se articular com as famílias, e os pais têm o direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais, mas a maioria dos pais não participa do processo educativo. O Artigo 12, parágrafo 6 da LDB destaca que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (LDBN 9394/96, artigo 12, parágrafo 6).

Outro fator que deve ser destacado é que na escola Irmã Estella Maria, a gestora e coordenadora desconheciam o fato de haver uma família homoparental na instituição, porém, após conversar com elas e lhe informar sobre a existência deste arranjo familiar na instituição.

Sendo assim, a dinâmica escolar necessita que, periodicamente, se repense as propostas que ancoram o seu projeto político pedagógico (PPP). Envolvendo e abordando as diferenças existentes na sociedade.

Ao perguntar a gestora e coordenadora pedagógica se existe inclusão das pessoas LGBT+ no PPP da instituição, as mesmas responderam:

A filosofia do PPP da escola contempla a inclusão de todas as pessoas, pautado nos princípios da igualdade e respeito. (GESTORA)

Não existe projeto voltado à inclusão de pessoas LGBT+ no PPP, pois para a escola tanto faz ser branco, negro, gay ou lésbica, o tratamento é o mesmo para todos. (COORDENADORA PEDAGÓGICA)

Através dos relatos pudemos ver que a escola possui uma perspectiva inclusiva em seu PPP e que não ocorrem projetos específicos voltados aos grupos LGBT+ . Conforme o PPP da instituição, sua filosofia baseia-se:

Contribuir, juntamente com a comunidade escolar e do entorno para a formação de cidadãos que venham a atuar ativamente e criticamente na sociedade possibilitando sua autonomia, inserção social e privilegiando a formação humana, a serviço da diversidade, da democracia, da valorização da vida, do respeito ao meio ambiente e da promoção da paz. (PPP da ESCOLA ESTELLA MARIA, 2016, p. 7).

Conforme Sacristán (2001) o PPP atualmente, vem sendo motivo de estudos e debates entre profissionais da educação. Até pouco tempo, a escola, estava organizada para acolher crianças oriundas das famílias tradicionais de uma mesma classe social. Porém, com as novas demandas sociais se faz necessário repensar a reestruturação do currículo, observando toda a sua diversidade como as semelhanças e diferenças sociais, étnicas, econômicas e culturais, que fazem parte da realidade do convívio escolar. Assim, se propiciará, conforme Gomes (2001) a aceitação com maior naturalidade das diferenças entre os indivíduos e suas relações, libertando-os do preconceito.

Outra pergunta realizada a Gestora e C.P foi sobre como ocorre a formação dos gestores e demais membros da comunidade escolar referente a esse processo de inclusão que a filosofia da escola propõe, sobre, por exemplo, os diferentes arranjos familiares, como as famílias homoparentais. As informantes afirmaram que:

Sempre que possível organizamos momentos de formação sobre inclusão e outros temas. Onde a escola trabalha com momentos específicos voltados para a o respeito da pessoa humana como: palestras, feiras, etc. (GESTORA).

Não há formação sobre o tema para professor, coordenador, gestor e demais funcionários da escola. Pois esse tema é muito polêmico, nem em minha formação acadêmica ouvi sequer falar. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Ficou claro através destes relatos que a gestora, respondeu a pergunta fazendo uma abordagem geral sobre o processo de inclusão na escola, não respondendo a questão das

famílias homoparentais. Bem diferente da C.P que destacou a real situação da temática no cotidiano da instituição. Ou seja, é explícito a invisibilidade da família homoparental na escola, assim como ocorre na maioria das instituições escolares no mundo.

A família e a escola são duas instituições fundamentais para o desenvolvimento das crianças, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. (DESSEN; POLONIA, 2007). Logo, a parceria entre as mesmas é de extrema importância para um processo de ensino aprendizagem eficaz e humanizador.

Segundo Lacasa (2004), a escola pode e deve ajudar os alunos e pais a lidar com a diversidade das configurações familiares e dar apoio às famílias com novas estratégias de acolhimento. Mas, para isso é importante que os professores, equipe diretiva e demais funcionários tenham consciência de que todas as relações afetivas sejam verdadeiras e qualquer criança que seja amada, cuidada e respeitada, pode ter uma vida tranquila e feliz, independente do modelo de família que esteja incluída.

Assim, “o contexto escolar, dito por muitos: minha segunda família é privilegiada, porque a escola constitui um espaço social sensível à manifestação das diferenças, como mostram estudos e pesquisas de sociólogos” (PRETTO, 2015, p. 71). Desta forma, trazer este assunto para a escola e trabalhá-lo com seus funcionários, alunos e familiares dos mesmos, torna-se essencial para promover um processo de inclusão das diferentes famílias, combatendo desta forma o preconceito existente pelas famílias homoparentais nos vários segmentos da sociedade.

Segundo Louro (1997),

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 84-85).

A instituição escolar através de sua organização pedagógica pode ou não adotar uma perspectiva inclusiva ou de exclusão, no caso da Escola Irmã Estella Maria, a realidade não condiz com os relatos e com a filosofia da escola, a qual segundo o PPP tem a visão de:

Ser referência local na área de Educação, propiciando por meio da qualidade e compromisso com a educação a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária (PPP da ESCOLA ESTELLA MARIA, 2016, p. 8).

Associado a isto, destacamos que as crianças e os adolescentes contemporâneos estão convivendo com diferentes configurações relacionadas às famílias distintas das tradicionais,

compostas pelo pai, mãe e irmãos. Conhecer e compreender as estruturas familiares e suas culturas passou a fazer parte fundamental da trajetória escolar (DESSEN; POLONIA, 2007). Porém, nem sempre isso ocorre, como na escola Irmã Estella Maria não há projetos voltados à família e muito menos aos diferentes arranjos familiares, como a família homoparental.

Crianças advindas desses novos arranjos familiares formam um conjunto progressivo de alunos e alunas nas escolas brasileiras, até o momento, infelizmente praticamente ignorado pela maioria das instituições, já que a prática da maternidade e da paternidade por LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis – ainda é uma realidade recente no Brasil.

Na escola, essas famílias são geralmente invisibilizadas, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos e filhas a omitirem de seus colegas e professores a composição não convencional de sua família, numa atitude preventiva para que os mesmos não venham a sofrer discriminações e violência. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009). Algo que ocorre com a família homoparental que entrevistei, pois o casal de lésbicas possui medo que seu filho sofra preconceito na escola por parte dos membros desta.

Deste modo, atrelado a isto, outra pergunta realizada a Gestora e a C.P foi referente à existência de projetos na escola voltados a inclusão e ao respeito a diversidade, elas relataram que:

Existe um projeto sobre bullying- abrange todos os problemas recorrentes do dia a dia da escola. (GESTORA).

Não há projetos específicos sobre família e os diferentes arranjos familiares, pois é algo que acredito não ser necessário, pois reforçaria mais ainda o preconceito que existe. Há projetos sobre os negros referente à inclusão, apenas. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Pudemos perceber que a gestora fugiu das perguntas quando relacionadas as famílias homoparentais, ou se tratando de homossexualidade, pois através de uma conversa informal, ela destacou que se discutisse sexualidade na escola chamaria a atenção dos pais dos alunos, pois é um assunto que eles preferem tratar pessoalmente com os filhos. E que no que se refere a homossexualidade, que isso ainda segundo os pais, poderia influenciá-los a se tornarem gays ou lésbicas. Desta forma, a escola não trabalha esses assuntos de forma ampla, apenas alguns conteúdos em sala de aula, de forma bem limitada como assuntos de ciências sobre o corpo humano no nível fundamental e no terceiro ano do nível médio sobre DST'S, em biologia.

Associado a isso, Louro afirma:

Tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o

ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma". A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos "bons" e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 1997, p. 67-68)

Já a coordenadora foi bem direta em suas respostas, relatando de forma clara sua opinião sobre o tema, destacando que se trabalharem os diferentes arranjos familiares na escola, provocaria mais ainda o preconceito existente pelos mesmos. Algo que considero contraditório perante a concepção filosófica da escola, a qual presa pela inclusão e o respeito à diversidade. Além do que, está mais que comprovado o fato de que as pessoas não nascem homofóbicas e que isso se dá a um processo de construção social, onde ao se trabalhar esses assuntos no âmbito educacional, seria uma das principais formas de combater esse preconceito existente. Arelado a isto, destaco o pensamento de Louro, 1997, o qual afirma que:

É importante notar, no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. (LOURO, 1997, p. 80-81).

Mesmo perante a afirmação da gestora sobre não se trabalhar a sexualidade na escola, perante as exigências dos pais dos alunos, é notório que em uma escola de nível fundamental e médio de rede pública, localizada em um bairro periférico, onde se existe altos índices de violência e prostituição isso seria de grande valia, pois ajudaria a orientar esses jovens perante assuntos importantes como gravidez indesejada, DST'S, sobre as diferentes orientações sexuais, promovendo desta forma o respeito à diferença.

A respeito disso, Louro afirma:

As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula — assumidamente ou não — nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes. (LOURO, 1997, p.131).

Pude perceber nos dias em que fiquei na escola, que mesmo adotando essa postura de não falar sobre sexualidade na instituição, os alunos pelas escadas e corredores estão constantemente se beijando, gritando palavras relacionadas aos órgãos genitais masculinos e femininos, os meninos assediando as professoras e alunas. Logo, percebemos que tratar esta temática nesta instituição é algo de extrema importância, para orientar esses alunos e alunas.

Desta forma, uma escola que se propaga inclusiva, não se resume apenas na garantia de acesso de sujeitos aos bancos escolares (negros, homossexuais, bissexuais, heterossexuais, estrangeiros, deficientes físicos, entre outros), mas sim, numa inclusão de fatos que implica diretamente no contexto escolar, ou seja, na forma de acolher os diferentes estudantes e suas diferentes famílias via currículo escolar. Não somente pelo que fala, expressa por escrito como também, propõe nas atividades escolares. “Essa inclusão se traduz na visibilidade de sua cultura e de sua história no currículo escolar e na ressignificação positiva dessas identidades e desses sujeitos” (FURLANI, 2008b, p. 48).

A instituição educacional reconhece a importância do apoio e presença das famílias e seus responsáveis no processo de escolarização. Porém, as diferentes configurações familiares, muitas vezes divergem de um padrão cultural ‘aceito’, em algumas instituições e podem ser vistas como ‘problemas’ ou exemplos negativos que se propagam dentro da instituição escolar (ROMANELLI, 2009).

Conforme Fonseca (2004), as representações de família estão fixadas apenas a uma determinada configuração idealizada por um padrão social rodeado de preconceitos. Ou seja, para a sociedade tradicionalista, qualquer desvio de padrões hegemônicos é constantemente visto com inferioridade, desorganização social e assim, definida como problemas que não podem se resolver.

Ao serem indagadas sobre se ocorre no currículo escolar da instituição incentivo para a inclusão do tema a Gestora e C.P responderam:

A escola está sempre aberta ao dialogo e a inclusão de qualquer tema que valorize a pessoa humana. (GESTORA).

Não existe nada sobre, ou seja, não está na lei, como a questão dos índios e africanos na escola. E como não está, não trabalhamos essa temática, pois é um assunto que não deve ser algo a ter expansão, pois se torna uma forma de reforçar o preconceito. A escola não intervém na “opção sexual” dos alunos, porem, se ocorrer alguma discriminação, ai sim, iremos nos reunir com os professores, para buscar tentar achar uma ação para se trabalhar isso. Esse tema é muito tabu, em algumas instituições “as pessoas desse tipo” (LGBT+) podem usar “seu nome de guerra”, porem, nas escolas do nosso estado ainda não. Porém, quando vierem as leis, se vierem, vamos ter que dar um jeito de desenvolver isso aqui na escola, assim como a questão dos índios e africanos. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

É notório que através desses trechos dos relatos da gestora podemos perceber que a mesma não respondeu de forma específica a pergunta, e sim de forma geral, porém, não condiz coma realidade da escola, pois quando ela afirma que a escola está aberta a inclusão de qualquer tema que valorize a pessoa humana, ela esquece que omitindo esses assuntos e os sujeitos na instituição acaba rompendo com essa perspectiva inclusiva que diz ter.

Já através da fala da coordenadora pedagógica é explicito o preconceito existente pela homossexualidade, ao se referir as pessoas LGBTQ+ como “esse tipo de pessoas”. O termo opção sexual também é inadequado, pois sabemos que é orientação sexual. Outra expressão citada pela mesma foi “nome de guerra” onde se refere ao nome social, o qual é o nome pelo qual pessoas transexuais, travestis, em geral ou qualquer outro gênero preferem ser chamados cotidianamente, em contraste com o nome oficial registrado, que não reflete sua identidade de gênero. Logo, percebemos que ela considera este assunto tabu, e que não acha que possua relevância no âmbito educacional.

A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são exemplos de orientações sexuais. Essa identificação não se dá por escolha, desvinculando-se da noção de opção sexual, uma vez que “a definição dos objetos de desejo não resulta de uma opção mecânica e voluntariosa. Os nossos desejos resultam das vivências, construção de sentidos e do contexto social” (TORRES, 2013, p. 134).

Na história ocidental, os discursos científico e religioso, principalmente, obstaculizaram o debate sobre a diversidade sexual, sobretudo na educação. Dessa forma, essa contestação “provocou a naturalização da ideia de que a heterossexualidade é o normal e as homossexualidades constituem desvios” (TORRES, 2010, p. 21).

A escola então reflete essa naturalização através da família heterossexual, nuclear, branca, desenvolvendo esses aspectos em suas programações e atividades em seu currículo, promovendo desta forma um preconceito com o que se difere a esses padrões, considerando as famílias diferentes como desestruturadas. Atitudes como essas acabam se tornando um amplo campo para se propagar preconceitos em diversos segmentos sociais, no caso da família homoparental, a homofobia.

A homofobia é o sentimento anti-gay, acreditando que há algo de errado em ser homossexual. Contudo, o termo abrange somente homens homossexuais (DAWSON, 2015). Desta forma, surge o termo heterossexismo, que abrange o preconceito por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, entre outros, que fogem à regra cisgênera² e heterossexual. A utilização deste termo “é preferida por vários grupos, especialmente os acadêmicos, devido à

amplitude do seu significado, que ultrapassa a conotação psicológica” (TORRES, 2010, p. 67).

O heterossexismo é enraizado pelos campos sociais, jurídicos e culturais. Conforme Dawson (2015, p.97) destaca, “no Brasil, desde 2013, os homossexuais podem se casar, adotar filhos e ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais. Porém, não existe nenhuma lei¹ que proteja as pessoas LGBT dos crimes de ódio, e o país é considerado o que mais mata essa população no mundo”.

No Brasil, além de não haver leis que punam o heterossexismo em nível federal, não existem projetos escolares que tratem da temática. Borrillo (2001) destaca que atitudes homofóbicas, sejam elas sutis ou violentas, têm sido justificadas por um mecanismo de dominação que oculta a discriminação vinda do grupo dominante e evidencia a “existência” de uma “deficiência estrutural” dos dominados. Daí percebemos a necessidade e urgência em dar visibilidade a essa minoria, sobretudo no que diz respeito ao âmbito escolar e os efeitos da homofobia advindos do mesmo sobre crianças vindas de famílias homoparentais.

Ainda são poucos os recursos de ensino que trazem uma outra perspectiva. Existem, no entanto, algumas publicações onde, ao contrário do que geralmente se observa, todas as formas de sexualidade e de afeto são apresentadas como igualmente possíveis e válidas, onde são ampliadas as representações de organização familiar e incorporadas algumas das questões contemporâneas referentes à sexualidade. (LOURO, 1997).

Oliveira (2015) ratifica que ao longo do tempo a escola contribuiu e ainda contribui para a formação de padrões sociais e valores, legitimando relações de poder e hierarquias, representando um espaço legítimo e normalizador, com grande resistência a reconhecer a diversidade, inclusive a diversidade sexual e de gênero.

Desta forma, através dos relatos da gestora, da coordenadora pedagógica da escola e análise do PPP da instituição, pude perceber que a escola possui uma concepção ampla sobre inclusão e diversidade, porém, não é o que ocorre na prática. Quanto à organização pedagógica perante a recepção de famílias homoparentais, na mesma não existe, pois até eu chegar à escola, não havia conhecimento nenhum que na instituição havia uma criança advinda de uma família homoparental. Porém, contribuíram para eu compreender os

¹ O PL 672/2019, foi aprovado no dia 22 de junho de 2019 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), inclui na Lei de Racismo (Lei 7.716, de 1989) a discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero. A comissão também aprovou o PLS 191/2017 que estende os direitos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) a mulheres transgênero e transexuais

obstáculos existentes na escola quanto à relação escola-família, especificamente as famílias homoparentais.

3 VISÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL SOBRE A SUA INSERÇÃO NA ESCOLA

Nesta secção analiso o ponto de vista da família homoparental (sujeito desta pesquisa) referente à inserção na escola que seu filho estuda e como ela se sente em relação a esta temática ser abordada na instituição, trazendo assim, uma breve análise histórica da evolução do conceito de família.

Abordando uma reflexão acerca da concepção histórica de família, Ariés (1981, p. 273) argumenta que anteriormente ao século XV, a família existia como realidade vivida, mas não “como sentimento ou como valor”. O autor destaca que na Idade Média, a função da família era de transmitir a vida, os bens e os nomes, não penetrando na sensibilidade dos indivíduos. Porém, a partir do século XVIII, Ariés (1981) expõe que a família passou a ter necessidade de intimidade, e também de identidade, fazendo com que os seus membros se unissem pelo sentimento, costume e gênero de vida.

Ao longo do século XX, podemos perceber que houve transformações relevantes no âmbito das configurações familiares no Brasil. Na década de 70, estava em transição o modelo de família patriarcal para a família nuclear. Já na década de 80, com o reconhecimento da lei do divórcio, a sociedade se deparava com a família reconstruída, com filhos de casamentos anteriores e do novo casamento. Nos últimos anos, diferentes constituições familiares vêm surgindo e buscando o seu espaço na sociedade (OUTEIRAL, 2007).

Nas relações contemporâneas, os indivíduos buscam principalmente o bem-estar e a qualidade de seus vínculos afetivos. Dessa forma, o afeto tem se tornado o elemento norteador dos relacionamentos e a principal base da constituição das famílias atuais, deixando esta de ter como função central a procriação e a manutenção dos bens. Diante dessas novas configurações, o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo ganha visibilidade, apesar de ainda enfrentar grandes dificuldades como o preconceito da sociedade e as restrições jurídicas e religiosas. (ARAUJO; OLIVEIRA, 2008).

“A ausência da família, a carência de amor e de afeto comprometem o desenvolvimento da criança e do adolescente. A família é, portanto, o agente socializador por excelência do ser humano” (LIBERATI, 2007, p. 25). Logo, a família possui um papel socializador importante na construção dos valores de seus dependentes, pois através de suas atitudes, interfere diretamente na formação social, cultural e religiosa de seus membros.

Na sociedade, as instituições sociais produzem e reproduzem modelos a todo instante. Aquilo que se aprende é ensinado e construído pelas instituições e a família é uma delas, como lembra Bourdieu (1996, p. 131), “a família, de fato, tem um papel determinante na

manutenção da ordem social, na reprodução social, da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é o sujeito principal das estratégias de reprodução”.

Desta forma:

A família identifica-se pela comunhão de vida, de amor, de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca. No momento em que o formato hierárquico da família cedeu à sua democratização, em que as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo, e o traço fundamental é a lealdade, não mais existem razões morais, religiosas, políticas, físicas ou naturais que justifiquem a excessiva e indevida ingerência do Estado na vida das pessoas (DIAS, 2009, p. 55).

Direitos novos surgiram e estão a surgir e não apenas aqueles exercidos pela família como um todo, mas ainda pelos seus membros, quer face ao Estado, a sociedade e demais pessoas ou mesmo entre seus pares, em todas as situações em que a CRFB/88 e a legislação infraconstitucional tratam da família, direta ou indiretamente, como peculiar sujeito de direitos ou deveres (LÔBO, 2004).

Quando se pensa em família ainda se traz a mente esta figura do modelo convencional familiar, pautado na união entre um homem e uma mulher, casados e cercados de filhos. Ocorre que a evolução dos direitos e a mutação dos valores sociais fez florescer um rol de famílias diversificado, plural, de modo que este não é mais o único perfil da família brasileira. Atualmente o conceito de família ganhou corpo e o alargamento conceitual das relações interpessoais acabou refletindo diretamente no entendimento do que venha a ser este círculo social (DIAS, 2006).

Logo, descarta-se a noção de que há um modelo único de organização familiar, pois existe “uma diversidade de padrões familiares, pautados num projeto de relações interpessoais, não necessariamente referendados em laços sanguíneos” (SAMBRANO, 2006, p. 144), entretanto:

A família tradicional continua sendo a forma mais presente na sociedade, mas não passou imune aos processos de transformação, sofrendo também significativas alterações. [...] as mudanças na organização da família estão acontecendo, prioritariamente, a partir das mudanças na condição feminina, que acabam afetando os papéis masculinos (SAMBRANO, 2006, p. 143).

Eis que surgem os novos arranjos familiares, considerados pelos padrões impostos pela sociedade tradicional como desestruturados, estranhos, incapazes de proporcionarem um padrão de vida de qualidade aos seus dependentes. Essa opinião equivocada sobre os diferentes tipos de família acaba reforçando mais ainda o preconceito existente por elas.

Assim, o que se percebe hoje é diversas variações de família: adotivas; recompostas; concubinárias; temporárias; de produções independentes; biparentais; monoparentais,

formadas por apenas um pai ou mãe e seus filhos; simultâneas, caracterizada pelo recasamento e pela coabitação de filhos advindos dos casamentos anteriores e por novos nascimentos (SHAFFER, 2005); entre outras mais, como as famílias homoafetivas ou homoparentais, que são formadas por casais do mesmo sexo, arranjo este o qual dei ênfase na minha pesquisa.

A entrevista foi realizada com um casal de lésbicas, Júlia e Raquel². As duas vivem há oito anos juntas, com os dois filhos de Júlia advindos de um relacionamento anterior. Desta forma, como família homoparental, elas constituem parte dos sujeitos desta pesquisa. Destacarei a partir de agora os trechos que considere mais importantes das entrevistas realizadas com elas, onde primeiramente entrevistei Júlia e depois Raquel. Intercalando com os relatos dos teóricos perante a temática.

Nos dias 04 e 05 de maio de 2011, em sessão plenária, o STF pôs em julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade / ADI 2477 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental / ADPF132 – ambas objetivando a união estável para pessoas do mesmo sexo (DANTAS; ARAÚJO, 2012). Os respectivos ministros, tomando decisão favorável e polêmica, acabaram por reconhecer casais homossexuais como entidades familiares e, portanto, detentores de significativos direitos legais.

A Desembargadora Maria Berenice Dias em seu artigo sobre a família homoafetiva, destaca que:

As uniões de pessoas do mesmo sexo sempre existiram, mas a partir do momento em que a igreja sacralizou o conceito de família, conferindo-lhe uma finalidade meramente procriativa, as relações homossexuais se tornaram alvo do preconceito e do repúdio social. A mais chocante consequência da exclusão no âmbito jurídico é a absoluta invisibilidade a que são condenados os vínculos afetivos, cujo único diferencial decorre do fato de serem constituídos por pessoas de igual sexo [...]. É preciso resgatar os estragos que acabaram jogando para fora do âmbito da tutela jurídica significativa parcela da população. É necessário reconhecer que os relacionamentos entre pessoas, independente de sua identidade sexual, é uma união de afetos e como tal precisa ser identificada. Daí a expressão homoafetividade (DIAS, 2011, p. 40).

A religião sempre foi e é um dos poderosos elementos responsáveis pelos padrões que são impostos nas diferentes sociedades. Algo que foi construído historicamente e reflete atualmente em vários âmbitos sociais. Devido ao grande conservadorismo que as maiorias das igrejas possuem, tornam-se, portanto, um campo de propagação de preconceitos e exclusão, pois através de seus dogmas, de seus discursos, de suas normas, acabam por formular estereótipos e, logo, condenar o que não condiz com eles.

² As informantes pediram sigilo quanto aos seus verdadeiros nomes, logo adotei estes como fictícios.

Além do âmbito religioso, durante muitos anos a comunidade científica também contribuiu para a construção dessa visão estereotipada sobre as relações homossexuais. Negrão (2008) destaca que a medicina, muito influenciada pelas concepções religiosas na época da Idade Média, considerava a homossexualidade como uma doença, um mal contagioso decorrente de um defeito genético. Apesar de a medicina pesquisar durante muitos anos alguma diferença física entre homo e heterossexuais, nada encontrou. O mesmo autor refere que o comportamento humano tido como desviante foi alvo de tentativas de mudança através de diversos métodos, porém o resultado foi nulo.

Segundo Foucault, “foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la (a homossexualidade) como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos” (FOUCAULT, 1996, p. 233).

Arelado ao avanço dos discursos elaborados pela medicina perante a homossexualidade ocorreram discursos de homossexuais buscando revelar sua realidade, a sua vida de forma clara. Logo, os homossexuais passaram a produzir discursos de resistência através da literatura, o que segundo Foucault, é fundamental que os movimentos homossexuais se afirmem, assim:

[...] está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma “mesma” vontade de verdade (FOUCAULT, 1996, p. 233).

Desta forma, para Foucault as relações de saber e poder dentro da nossa sociedade, que demandam e produzem padrões unificados, verdades absolutas, devem ser questionados e a resistência é uma das vias a se realizar este processo.

Os estudos de Foucault mostram que as verdades de cada tempo são construções históricas e, portanto, podem ser também desconstruídas. Assim também Foucault (2005) analisa a sexualidade como um dispositivo histórico de poder da modernidade, constituído por práticas discursivas e não discursivas, que produzem uma concepção do indivíduo como sujeito de uma sexualidade, ou seja, saberes e poderes que buscam normatizar, controlar e estabelecer “verdades” acerca do sujeito na sua relação com o corpo e com os prazeres. Logo, a própria constituição do sujeito homossexual é também uma constituição histórica.

De acordo com Martins & Aguirre (2010), somente em 1973 a homossexualidade deixou de ser considerada como doença, desvio ou perversão pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e em 1983 foi retirada do CID 10 (Classificação Internacional de Doenças).

No Brasil, apenas em 1985 que o Conselho Federal de Medicina reviu sua classificação com relação à homossexualidade, deixando de ser considerada como “transtorno sexual”.

Ao ser indagada sobre seu processo de aceitação da sua orientação sexual e de seu relacionamento com Júlia perante a sociedade Raquel destacou:

Mas que é complicado é, é um sofrimento árduo, um homem e uma mulher são normais namorarem, casarem, ter filho, agora o homossexual ele pesa muito, porque não é como dizem na sociedade uma coisa normal, que somos doentes, não! A gente tem sentimentos, como qualquer um (RAQUEL, 38 anos).

Pode-se perceber através do enunciado de Raquel, o quanto esse preconceito perante o homossexualidade está enraizado em nossa sociedade, o quanto ele é prejudicial para o convívio social dessas pessoas, que são condenadas e julgadas erradas na maioria das vezes pela sua diferente orientação sexual.

Peroni e Costa (2008) afirmam que o indivíduo que é homossexual, na maioria das vezes, é rejeitado por sua orientação sexual. Os autores reforçam que o preconceito aumenta na medida em que estes indivíduos resolvem ter uma vida conjugal estável, pois geralmente considera-se como “casal” um homem e uma mulher.

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma posição-de sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. Nesse discurso, é a escolha do objeto amoroso que define a identidade sexual e, sendo assim, a identidade gay ou lésbica assenta-se na preferência em manter relações sexuais com alguém do mesmo sexo (LOURO, 2001, p. 544).

Existe uma mudança que vem ocorrendo no decorrer do tempo, na maioria das vezes quase imperceptível à maioria das pessoas, apesar de se tratar, na verdade, de suas vidas em termos afetivos, materiais, familiares, psicológicos, entre outros. Estamos falando do surgimento de novos arranjos familiares, no lugar da, até então, consagrada família patriarcal.

Trazendo a representação de família como sendo um casal heterossexual, branco e burguês e tendo esse modelo como natural, pode-se dizer que existem modelos de representações e organizações relacionados ao parentesco, à família e ao matrimônio que se fazem hegemônicos. Essa hegemonia é reforçada por pessoas e instituições que se beneficiam desse entendimento, mantendo a ideologia apresentada pela família nuclear heterossexual (PICHARDO GALÁN, 2009). Infelizmente, além do estereótipo familiar referente a gênero, heteronormativo, temos também o de raça e classe social, os quais também sofrem preconceitos de diversas formas na sociedade por fugirem desses padrões unificados ditos corretos e normais.

Logo, mesmo que existam diversas maneiras de ser e constituir família, ainda há de se conviver com um modelo hegemônico. Mas isso não impediu a visibilização das demais famílias, nem a busca por seus direitos (PALMA; STREY, 2012). Logo, esses direitos foram conquistados e se mantém legitimando e dando maior visibilidade as outras organizações familiares, desmitificando a ideia de que família é da ordem da natureza, mas a entendendo como da ordem do social, logo, não do pronto e acabado e sim de um processo de construção.

Associado a isto, busquei compreender o que a família homoafetiva pensa sobre sua inserção na escola do seu filho e de como ocorre esse processo. Ao indaga-las sobre sua participação na escola, elas me relatam que:

Às vezes eu chamo a professora, pergunto como ele está, como está se comportando, faço aquela investigação como mãe, eu pergunto pra ela se ele tá se comportando bem, essas coisas, mas eu não tenho muito tempo, pois eu trabalho de manhã e ele estuda de manhã. Aí fica difícil de comparecer nas coisas, indo lá, mas quando eu posso eu vou lá. (JÚLIA, 36 anos).

Nessa parte eu não tenho participação, somente a minha esposa quando tem tempo, eu não me apresento, porque eu acho assim, eu não vou chegar lá e perguntarem, o que tu é pra ele? Aí eu preservo um pouco ele entendeu? Sobre isso não vou chegar lá e dizer, sou mãe, sou tia, sou pai, isso não existe, aí eu prefiro me isolar nesse fato, deixar ele mais tranquilo no lugar dele (RAQUEL, 38 anos).

É visível que a família possui pouca participação na escola, e a única que tem contato é Júlia, pois segundo Raquel, sua ida a escola poderia provocar um desconforto para seu filho, ou poderia gerar algum tipo de violência, perante o preconceito existente na sociedade, pois segundo ela:

Sabe como é escola hoje em dia, a questão da pressão, piadinhas dos alunos com brincadeiras de mau gosto, aí eu procuro me isolar um pouco, até que na escola dele não vou, nunca passei por lá, nunca pisei, já ela quando tem tempo vai, mas graças a Deus nunca deu trabalho pra gente quanto ao estudo (RAQUEL, 38 anos).

É notório o medo das mães que seu filho seja vítima de bullying e preconceito na escola devido à orientação sexual delas. Desta forma, elas preferem não se expor para evitar que isto ocorra.

Percebe-se então que o preconceito presente em uma sociedade é exercido pelos indivíduos e instituições que nela atuam. A escola torna-se assim um campo fértil de disseminação ou elucidação do preconceito que precisa ser analisado (FARIAS, 2015).

Guacira Louro relata o seguinte perante a invisibilidade de homossexuais nas escolas:

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim "eliminar" esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da "norma" (LOURO, 2001, p. 89)

Lima (2011) denuncia a invisibilidade das famílias homoparentais na sociedade, sendo responsáveis tanto os profissionais da escola, que na maioria não apresentam interesse em debater o tema, quanto às demais famílias que enxergam as famílias homoparentais com desprezo.

Porém, este silêncio e invisibilidade podem ser muito prejudiciais para a criança:

Esse silêncio (em relação às famílias homoparentais) pode ser interpretado como o reflexo da ilegalidade e do preconceito, que permeiam a composição familiar homoafetiva, em que a maior vítima é a criança. Logo, o não reconhecimento dessa união como família provoca um sentimento de vergonha para os sujeitos da relação homoparental que, por sua vez, preferem silenciar quanto a sua identidade familiar. Essa legalidade é imprescindível para que a criança adquira confiança em si mesma e nos outros. (CADETE; FERREIRA; SILVA, 2012, p. 110).

Outra pergunta realizada ao casal foi sobre o que elas achavam sobre a temática ser desenvolvida na escola, sobre se abordar os diferentes arranjos familiares, em especial as famílias homoparentais. Como respostas obtive:

Eu já assim sou contra, de abordar esse assunto na escola, é uma opinião minha, pois eu acho que não é um assunto para ir para a escola. É o que eu penso né. Porque eu já não sei se já está induzindo a criança, não sei se já tá falando na escola, não sei, é apenas um pensamento meu. Agora eu não sei de outras pessoas, se pra elas é bom falar na escola esse assunto, às vezes é bom abordar, mais já eu como mãe, já não incentivo (JÚLIA, 36 anos).

Eu acho pra mim, na escola mesmo, já tem que ser um período de uma pessoa de doze ou treze anos, não de seis, cinco, quatro. Mas de doze anos pra frente que já sabe exatamente o que quer, por que é nesse período que a gente se descobre (RAQUEL, 38 anos).

Percebe-se através das falas um preconceito existente dentro da própria família homoparental por parte de Júlia, onde a mesma acredita que falar sobre homossexualidade poderá ocasionar uma influência no processo de construção da sexualidade da criança, que ela poderá se tornar um adolescente ou adulto homossexual. Uma concepção equivocada, pois é evidente que isso não condiz com a realidade. Esse pensamento é algo muito comum em nossa sociedade, é um dos motivos para discriminarem as famílias homoparentais, aumentando mais ainda a valorização da heteronormatividade.

Desta forma, um dos mitos mais comuns na nossa sociedade é que crianças que crescem em famílias com pais do mesmo sexo poderão ser futuros homossexuais, ou que irão apresentar algum tipo de alteração sexual. O temor que os filhos de homossexuais sejam ridicularizados e rejeitados socialmente, de que desenvolvam certos tipos de patologias ou a possibilidade de abusos sexuais também são alguns dos temas existentes nas discussões sobre famílias homoparentais.

De acordo com Ceccarelli (2002), a diferença que as crianças criadas por pais homossexuais vão apresentar das outras crianças vão ser as mesmas que diferenciam qualquer ser humano: as suas particularidades, as suas identificações e as escolhas de cada um. Segundo o autor, todos os modos de filiação apresentarão suas formas de lidar com as angústias vividas, mas, a priori, não se pode determinar que certo tipo de parentalidade e filiação vá ser mais ou menos saudável.

Como afirma Deborah Britzman (1996, p. 79), há o medo de que “a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que as/os jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. [...] o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos”.

Já por parte de Raquel, percebe-se que ela acredita que ao se trabalhar este assunto na infância pode acabar com a inocência da criança e que antes dos doze anos de idade ela não é capaz de compreender este processo. Porém, aos doze anos isso já se torna possível, pois segundo seu relato foi o período em que ela descobriu sua sexualidade. Ela ao contrário de Júlia, não acredita que abordar esse assunto na escola influenciará a sexualidade das crianças ou adolescentes, pois segundo ela:

Ela (Júlia) tem um filho de treze agora, mas desde os cinco anos vive com a gente, comigo no caso, que considero meu filho também, mas ele nunca, demonstrou que queria ficar com homem, porque ele simplesmente já veio com o caráter dele formado, pois não é porque eu vivo com uma mulher que ele deve ser homossexual. Isso é algo que nasce com a gente, e sobre a escola, ela pode sim abordar, mas assim mais não muito agressivamente, com mais assim calma (RAQUEL, 38 anos).

Ou seja, percebemos que as concepções divergem quanto alguns pontos pelo casal de lésbicas, que dentro da família homoparental existe um padrão a ser considerado correto e com fortes resquícios do tradicionalismo, o que ocasiona em uma invisibilidade desta família na escola que seu filho estuda, por fatores como o medo do preconceito que o filho delas poderia sofrer e pelo que elas iriam ter que enfrentar na instituição.

A este respeito, podemos perceber que as famílias homoparentais parecem ter desafios a enfrentar. Gato (2010) relata que o preconceito pode ser um fator estressor nas relações homoparentais.

No entanto, discussões sobre alguns assuntos específicos, como homoparentalidade, gênero e sexualidade não são comuns nas escolas. O papel da escola na discussão sobre esses assuntos, tem se apresentado muito vagamente, o que nos possibilita enxergar que esse espaço, apesar da sua potência como instrumento, por ser de acesso universal, dispõe, conserva e transforma os discursos e controla os corpos (FOUCAULT, 2005).

Raquel associou ao preconceito que teme que seu filho sofra na escola o papel do professor, que segundo ela é de extrema importância para promover a diversidade e inserir em sua prática assuntos que desenvolvam respeito entre o diferente, para ela:

O professor tem que tá ali pra ensinar, pra educar e para observar cada aluno que tá ali. Não ter diferença por aluno nenhum. Se um professor perceber, que isso é percebível quando o menino ou a menina são totalmente diferentes, quando a menina já é mais masculina e o menino mais feminino. Mas assim eu acho que o professor deveria proteger mais aquele aluno do bullying, das situações porque o professor nem passa na cabeça dele ou talvez passe o quanto aquela criança sofre (RAQUEL, 38 anos).

Raquel destacou também que não chegou a sofrer preconceito na escola:

Eu sou uma pessoa de brincar, sou extrovertida, e na escola me aceitavam por isso, com meus professores nunca tive problema, porque eu sempre fui uma pessoa extrovertida, ficava na sacanagem, e as meninas não chegavam a ter nenhum tipo de preconceito porque eu não dava abertura e nem tempo (RAQUEL, 38 anos).

Ou seja, ela teve que criar uma identidade, em uma tentativa de evitar que ela sofresse preconceito e fosse aceita na comunidade escolar. Pois talvez se fosse de outra forma, a situação seria diferente, e ela poderia ter sofrido discriminação por sua orientação sexual.

Segundo ressalta Guacira Louro (1997, 2000), os instrumentos da escola - currículos, normas, procedimentos de ensino, materiais didáticos, entre outros - são constituídos e ao mesmo tempo produzem distinções de gênero, sexualidade, etnia e classe. No entanto, há uma incoerência, pois a escola insiste em deixar questões como sexualidade, gênero, etnia e também classe de fora, ao se recusar de discutir ou não expor de forma coerente, clara.

A escola como um espaço heteronormativo, com certeza se torna um ambiente incômodo ou difícil para que alguém “assuma” sua condição de homossexual, sem culpa e sem vergonha. A responsabilidade total de explicar ou definir as diferentes identidades sociais, não compete somente às escolas. Porém, é preciso perceber que suas ações sobre os

sujeitos, suas normas, seus padrões e doutrinas geram e propagam verdades que podem tornar-se um campo amplo para o surgimento de preconceitos em vários âmbitos sociais.

Louro (1998) acredita que, mesmo no mundo contemporâneo, apesar dessa pluralidade de arranjos, usualmente a escola afirma um único modelo e silencia, simplesmente, sobre as demais possibilidades. Tornadas invisíveis, essas outras famílias parecem menos legítimas; elas são postas à margem.

Farias (2015, p. 1481) constata, em sua pesquisa, que a sociedade se sente ameaçada, ao perceber que as famílias homoparentais são capazes de exercer e oferecer igualmente o que as famílias heterossexuais podem oferecer. Diz a autora que as famílias homoparentais “ameaçam a ordem hegemônica heterossexista na qual a felicidade afetiva e sexual entre dois adultos e o bem-estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada pela união entre um homem e uma mulher”. A sociedade sente medo, se sente ameaçada de perder o poder sobre a heteronormatividade instalada.

Desta forma, através dos relatos do casal de lésbicas da família homoafetiva, pude perceber que as mesmas possuem um medo de expor sua relação perante a escola que seu filho estuda, pelo receio de que o mesmo passe a sofrer preconceito ou algum outro tipo de violência na instituição. Quanto à opinião das mesmas em se trabalhar esta temática na escola, percebe-se que entre as duas se diverge, pois um concorda e outra discorda por achar que esse assunto poderia influenciar na sexualidade das crianças. Um modo diferente de pensar do qual elas haviam me relatado anteriormente em uma conversa informal, porém, que contribui para conhecer a realidade e visão das mesmas como membro da comunidade escolar, sobre se trabalhar o seu arranjo familiar nas escolas.

4 AÇÕES CURRICULARES E A INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

Nesta secção abordo as ações curriculares que os professores e professoras do oitavo ano da Escola Irmã Estella Maria promovem perante a inclusão de famílias homoparentais, trazendo relato dos mesmos através de duas perguntas sobre o assunto, associando desta forma com conteúdos teóricos referentes à temática.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 1997).

Assim, a escola é um local onde se produz e se propaga as diferenças. Ela é um campo de controle, de normalização, através de suas práticas e elementos constituintes, visando através de um processo educacional formar seus alunos, conforme suas ideologias. Deste modo, a escola como um ambiente de maior âmbito social e cultural, deveria tratar de temas propícios à diversidade, como: relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, homofobia, dentre outros, pois continuam sendo temas invisíveis aos olhos de muitas gestões escolares. Logo, segundo Louro:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura, parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades "escolarizadas". Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. (LOURO, 1997, p. 61).

A escola desta forma acaba através de suas atitudes transformando a diferença na maioria das vezes em algo negativo. Transformando a visão do diferente como inferior, errado, como incapaz. Através de atitudes e práticas incorporadas em sua instituição. Consequentemente, para Louro:

Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997, p. 85-86).

Deste modo, existem muitas formas para que a escola possa trabalhar visando buscar uma postura inclusiva e igualitária aos seus membros, dentre elas, o currículo.

Para Silva (2005) cada teoria curricular vai selecionar quais serão válidos ou não e justificar a escolha a partir de duas questões centrais ‘o quê’ deve ser ensinado e o que eles ou elas devem se tornar”. Assim, o currículo se torna uma forma de promover e elaborar procedimentos e métodos para que a escola como instituição que detém poder possa desenvolvê-los através de suas práticas pedagógicas.

Podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir. Discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente, as discussões sobre questões curriculares (SILVA, 1999).

O currículo deve dessa forma, constrói uma prática pedagógica inclusiva na escola, buscando inserir em todas as disciplinas assuntos relacionados às diferenças sociais, que possam assim promover o respeito às diversidades existentes na sociedade. Na presente pesquisa busquei conhecer as ações curriculares dos professores perante a inclusão de famílias homoparentais em suas aulas.

Estamos entendendo currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Por esse motivo, a palavra tem sido usada para todo e qualquer espaço organizado para afetar e educar pessoas, o que explica o uso de expressões como o currículo da mídia, o currículo da prisão etc. Nós, contudo, estamos empregando a palavra currículo apenas para nos referirmos às atividades organizadas por instituições escolares. Ou seja, para nos referirmos à escola. (CANDAU; MOREIRA, 2007).

Deste modo, busquei através de relatos de professores do sétimo ano da Escola Irmã Estella Maria, ano o qual o filho da família homoparental estuda, ou seja, seus professores, conhecer suas ações curriculares perante a inclusão de famílias homoparentais na instituição. Afinal, eles como parte da comunidade escolar, por estarem diretamente em contato com seus alunos em sala de aula e através de sua experiência em suas carreiras acadêmicas puderam contribuir significativamente para essa pesquisa.

Realizei duas perguntas aos professores, a primeira era: como você se relaciona com as famílias homoparentais? A segunda: você trabalha esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Logo, selecionei algumas respostas, dentre as dadas pelos (as) professores (as), as quais considerei relevante a presente pesquisa.

Cabe destacar que o currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração (CANDAU; MOREIRA, 2007). Trabalhar o currículo em uma perspectiva inclusiva torna-se essencial em uma instituição educacional. Pois em um espaço tão amplo, cercado por diferentes histórias, culturas, modos, costumes, famílias, etc., trabalhar esses aspectos sociais em seu currículo escolar, contribui para facilitar a compreensão dos alunos no processo de ensino aprendizagem, além de formá-los cidadãos críticos e conscientes das diferentes realidades sociais existentes no mundo.

Dentro deste processo, o professor torna-se fundamental, pois ele é um dos grandes participantes da construção dos currículos escolares, trazendo para a sala de aula assuntos que se bem elaborados podem ocasionar um processo de ensino aprendizagem eficaz, aguçando desta forma o olhar crítico de seus alunos perante os acontecimentos que existem em nossa sociedade.

Sendo assim, Louro afirma que:

Professores e professoras — como qualquer outro grupo social — foram e são objeto de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que "refletem" as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os "constituem", que os "produzem". Estamos aqui operando a partir de uma perspectiva teórica que entende a representação não como um reflexo ou espelho da realidade, mas como sua constituidora. Nessa perspectiva, não cabe perguntar se uma representação "corresponde" ou não ao "real", mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o "real". (LOURO, 1997, p. 99).

Alguns professores mesmo sem perceber na maioria das vezes acabam se tornando ou não uma inspiração aos seus alunos. Por isto, suas ações dentro da sala de aula podem gerar

uma consequência negativa ou positiva na vida dos seus discentes. Assim, a necessidade e importância de um currículo bem elaborado, onde possa abranger o contexto o qual os alunos da instituição escolar o qual os docentes trabalham seja inserido.

Segundo o professor de Artes da escola no que tange a primeira pergunta, sobre como ele se relaciona com as famílias homoparentais, ele relatou:

Hoje, infelizmente, a relação família e escola se encontram bastante fragilizada, e isso não é apenas com as famílias homoparentais. Na escola pública, principalmente, a ausência da família é um fato muito mais marcante, o que nos impede de construir uma relação mais próxima entre professor e família. No entanto, no meu caso, por ser morador do bairro onde a escola se encontra instalada, consigo criar uma relação mais próxima com as famílias. No caso das famílias homoparentais, a relação ainda é bastante frágil pela pouca proximidade destas com a escola, porém, quando temos contato com as mesmas, a relação, da minha parte é a mais natural possível, como uma outra família qualquer (PROFESSOR DE ARTES).

Relativo à segunda pergunta que era referente ao fato de que se ele trabalhava esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Ele respondeu que:

Atualmente a homoafetividade ou homossexualidade é um tema bem presente no cotidiano escolar, principalmente por termos alunos homossexuais em algumas turmas. Neste sentido, é necessário que tenhamos em nossos planos de atividades, temas como o respeito às diversidades, e não só a diversidade de gênero, mas também de raça, de classe social, etc. Como professor de Artes, me sinto privilegiado por ter a possibilidade de tratar temas relacionados as diversidades dentro do conteúdo de Artes. Abordo o referido tema quando falo sobre a biografia de alguns artistas que deixaram seus nomes marcados na história da arte e na história da humanidade como um todo, ressaltando sempre que ser diferente não é defeito e que todos precisamos nos respeitar nas nossas diferenças (PROFESSOR DE ARTES).

Podemos perceber que a escola tem muito a construir no que diz respeito a relação família escola, pois existe ainda, principalmente nas escolas públicas a ausência da participação dos familiares dos alunos na instituição escolar. Tendo em vista que se a relação família escola já é frágil, entre as famílias homoparentais é mais ainda, uma relação quase inexistente. Porém, o professor em suas práticas em sala de aula busca desenvolver assuntos relacionados à temática, trazendo à tona o respeito a diversidade, tendo consciência do contexto escolar ao qual está inserido. Uma prática correta, pois levando em conta a diversidade cultural e social existente em nosso país, trabalhar esta temática é de suma importância para um processo de ensino aprendizagem inclusivo.

Segundo Guizzo (2013), o termo homoparentalidade é uma nomenclatura de origem francesa criada em 1997, para nomear situações em que houvesse ao menos um adulto da relação que se autodenominasse homossexual, que fosse ou pretendesse ser pai ou mãe. A

composição familiar homoparental é marcada pela ausência de papéis fixos entre os membros; pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo; pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo como no mundo externo (PASSOS, 2005).

Segundo Torres Santomé (1995), as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ ou marginalizados que não dispõem de estruturas de poder costumam ser excluídas das salas de aula, chegando mesmo a ser deformadas ou estereotipadas, para que se dificultem (ou de fato se anulem) suas possibilidades de reação, de luta e de afirmação de direitos. Ou seja, a invisibilidade desses grupos sociais na maioria das vezes se dá perante o fato de que eles não possam ter consciência de classe, para com isso, não buscarem lutar por seus direitos e melhorias de vida.

Para a professora de Língua Portuguesa no que tange a primeira pergunta, sobre como ela se relaciona com as famílias homoparentais, ela destacou:

Na escola não tenho contato com essas famílias diretamente, mas tenho conhecimento de algumas na escola em que trabalho, e vejo que essas famílias estão “perdidas”, não sabem como agir com esses filhos e encontram duas soluções: violência ou omissão. Infelizmente essas crianças ou adolescentes não recebem o apoio que deveriam receber, nem da família nem da escola. A escola tem o papel de ajudar, orientar, mas precisa do apoio da família, e esse apoio não tem (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA).

Já em relação a segunda pergunta, que era referente ao fato de que se ela trabalhava esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Ela respondeu que:

Na minha disciplina trabalho com alguns textos, com algumas orientações, mas sempre com o cuidado de não “ofender” algum aluno. Nossos alunos têm problemas de várias ordens e às vezes, na maioria, eles vêm todos juntos (drogas, abusos, famílias desestruturadas, miséria, desemprego, analfabetismo, etc.) e nós temos que dar conta de tudo isso, da melhor maneira possível, pois a família nossa maior parceira, nem sempre permite essa aproximação/intromissão. Falar abertamente sobre certos assuntos ainda é muito difícil, visto que algumas famílias não aceitam e não entendem que estamos aqui para ajudar (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA).

Através do relato da professora, podemos compreender que devido à falta de apoio que as famílias homoparentais sofrem nas escolas, seus filhos acabam omitindo sua realidade familiar com receio de que isso possa lhe ocasionar transtornos na instituição. Outro fator apontado por ela é que falar sobre assuntos relacionados a sexualidade ainda é muito difícil

nas escolas, devido os familiares acharem que falar sobre assuntos relacionados a esta temática é um papel deles com seus membros e que não cabe a escola isso.

Um pensamento muito comum entre as famílias, onde a maioria das mesmas considera errado trabalhar assuntos como gênero e sexualidade, na escola. Pois sempre entra em confronto com os valores morais que elas possuem e fazem questão de repassar aos seus filhos. A maioria delas possui um mito muito grande em relação a sexualidade, de forma que se trabalhar esses assuntos na escola, pode incitar aos alunos a praticarem sexo. E acabam esquecendo a verdadeira importância de se trabalhar esse assunto nas instituições escolares.

Pode-se dizer que no currículo se evidenciam esforços tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao nos lembrarmos dos inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais. (CANDAU; MOREIRA, 2007).

Para a professora de História perante a primeira pergunta, sobre como ela se relaciona com as famílias homoparentais, ela destacou:

Não tenho problema algum ao me relacionar com famílias homoparentais; conheço no meu convívio social muitos, onde convivo diariamente com eles [...] acho normal. Com relação à escola, sabemos mais da vida do aluno, quando ele está dando algum problema, ou por comportamento, ou por notas [...] é que sabemos da direção e ela nos coloca a par da situação. Até o momento não encontrei alunos que convivam em famílias homoparentais aqui nessa escola [...] se eu tivesse, não vejo problema algum em me relacionar ou tratar diferentes esses pais, esses alunos só porque fazem parte desse “novo” convívio familiar. Tratarei como eu faço com todos de maneira igual, como deveria ser (PROFESSORA DE HISTÓRIA).

Em relação à segunda pergunta que era relacionada ao fato de que se ela trabalhava esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Ela respondeu que:

O currículo ainda não traz esse tema. A escola também nas duas que eu trabalho, nunca trabalhou esse tema, como tema interdisciplinar... aliás nunca foi mencionado... acho que ainda é TABU esse tema na escola. Não é a toa que o movimento negro se mobilizou para incluir no currículo “ a história do negro, da África e do indígena” nas escolas brasileiras. Vamos lembrar que o Brasil como um todo, se acha um país muito unido e “solidário”... mas no entanto, é muito preconceituoso, moralista... tanto que as eleições provaram isso, que o candidato que ganhou as eleições presidenciais, se dizia contra aos ensinamentos homoafetivos na escola, e esse foi um dos grandes motivos para que tivesse grande apoio da população. Isso nos mostra como a nossa sociedade é preconceituosa e se fecha para esse debate. Preferindo fingir que essa discussão sobre homoafetivo não existe (PROFESSORA DE HISTÓRIA).

Podemos perceber perante os relatos da professora que para ela entrar em contato com as famílias de seus alunos normalmente é quando ocorre alguma situação que precise da presença deles na escola, onde eles são acionados pela direção, porém não vê problema algum no arranjo familiar referente às famílias homoparentais, as trata normalmente, sem discriminações.

Ela também afirma que esse tema é considerado tabu nas escolas, porém que assim como o movimento negro se mobilizou para incluir no currículo escolar sua história, o movimento LGBT + deve lutar para que isso ocorra com a questão das famílias homoparentais. Destacou ainda que o nosso país apesar de ser considerado unido e solidário, é muito preconceituoso e moralista, o reflexo disso foram as eleições presidenciais onde o candidato que tanto pregava a moral e os bons costumes, preconceito e violência pelo diferente foi eleito. Sendo desta forma, o reflexo da maioria da população brasileira.

A escola precisa, assim, acolher, criticar e colocar em contato diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas. A contemporaneidade requer culturas que se misturem e ressoem mutuamente, que convivam e se modifiquem. Que se modifiquem modificando outras culturas pela convivência ressonante. Ou seja, um processo contínuo, que não pare nunca, por não se limitar a um dar ou receber, mas por ser contaminação, ressonância (PRETTO, 2005).

"Quem é o bom professor ou professora" ou, mais simplesmente, quem é o/a professor/a é uma questão que pode, sem dúvida, comportar muitas e diversas descrições. A concepção de uma identidade una, coerente e estável não cabe aqui (na verdade, não pode caber em relação a qualquer sujeito ou situação). Não existe tal identidade unitária, tanto porque não há só uma "verdadeira" representação desse sujeito, quanto porque ele não é apenas um professor ou professora (LOURO, 1997).

Devemos compreender que o professor ou professora, além da carreira docente possui uma vida, família, amigos, uma cultura, religião, etc., ou seja, a ele ou ela não se restringe apenas uma função. Porém, ambos não devem permitir que seus valores possam gerar algum tipo de postura excludente em sala de aula para com seus alunos. Pois vivemos em uma pluralidade social, que já é bastante criticada pela sociedade tradicional, essa atitude só reforçaria estereótipos e preconceitos existentes.

Para a professora de Matemática, no que tange a primeira pergunta, sobre como ela se relaciona com as famílias homoparentais, ela destacou:

Sinceramente, não tive ainda contato com esse tipo de família no meu ambiente de trabalho. Apesar de não concordar com a vida que essas famílias homoparentais vivem, jamais poderei trata-las com indiferença. Respeito as diferentes “opções sexuais” das pessoas, porém, não concordo com o relacionamento entre dois homens e duas mulheres, pois segundo a bíblia isso é errado, pois segundo Deus, o homem foi feito para mulher e vice e versa (PROFESSORA DE MATEMÁTICA).

Já em relação a segunda pergunta, que era referente ao fato de que se ela trabalhava esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Ela respondeu que:

Sim, conversando com os alunos para que tratem as pessoas com respeito, apesar das diferenças, mesmo sendo evangélica, não deixa isso interferir em meu trabalho (Idem).

A professora através de seu relato deixou claro seu pensamento perante as famílias homoparentais, pois ela não concorda com a forma como vivem pois, devido concepções da sua religião a união homoparental é considerado pecado, pois segundo os escritos da bíblia, Deus fez a mulher da costela do homem, e ambos são feitos um para o outro. Outro fator apontado por ela é o fato de existir um padrão considerado aceitável de união homoafetiva, onde as pessoas não podem demonstrar carinho em público, somente dentro de sua casa, para que assim não incomode as outras pessoas e não possam ser criticadas na sociedade.

Ela também não concorda com a forma que os jovens demonstram sua orientação sexual em público, as formas como se vestem, como demonstram seus gêneros, como se portam, pois acha que isso é decorrente da ausência da palavra de Deus. Que busca trabalhar o respeito em suas aulas através de conversas com seus alunos, mesmo não concordando com esse tipo de união e formação familiar.

No século XIX, a homossexualidade era relacionada à imagem de perigo, de crime, e até como uma doença, sendo esta última reforçada pela medicina e pelos preceitos religiosos. (WEREBE, 1998).

A este respeito, Zambrano (2006) expõe que a reprovação por parte da sociedade com relação às uniões homossexuais ainda persiste, em grande parte, por causa desta influencia religiosa, que considera a homossexualidade como uma união que ofende o caráter sagrado da família.

Assim, percebemos a grande influencia que a religião exerce sobre as pessoas que seguem suas doutrinas, propagando e disseminando na maioria das vezes ódio sobre as condutas que não condizem com suas práticas religiosas, ocasionando dessa forma em preconceito, que em muitas vezes gera violência tanto física quanto psicológica nas pessoas que são diferentes e não se enquadram nas suas concepções e normas impostas.

Atrelado a estas questões, Frazão (2010) relata que na cultura popular, a imagem de família ainda dificilmente é associada aos gays e às lésbicas. Ou seja, algo que contribui para a não aceitação e o preconceito com as famílias homoparentais.

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161).

A escola então deve buscar em suas práticas pedagógicas, adotar uma postura inclusiva, onde possa se trabalhar em seu currículo assuntos que tornem seus alunos críticos e conscientes da realidade ao qual estão inseridos, onde também possam lutar para mudar a mesma, além de contribuir e para que e promova o respeito perante as diferenças existentes na sociedade.

Entendemos relevância, então, como o potencial que o currículo possui de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como de ajudá-las a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para que isso aconteça. A relevância sugere conhecimentos e experiências que contribuam para formar sujeitos autônomos, críticos e criativos que analisem como as coisas passaram a ser o que são e como fazer para que elas sejam diferentes do que hoje são (AVALOS, 1992; SANTOS; MOREIRA, 1995).

Segundo o professor do Laboratório Multidisciplinar no que tange a primeira pergunta, sobre como ele se relaciona com as famílias homoparentais, ele relatou:

Esse novo conceito de família, embora já seja uma realidade social, a maioria desconhece essa nova relação afetiva. Portanto, esse novo conceito de relacionamento também ainda é um tabu nas escolas. Sendo assim, essas famílias acabam passando despercebidas pelo profissional da educação que não é informado pela escola. Acredito que essa relação deveria ser mais trabalhada nas escolas proporcionando uma melhora na interação entre as famílias e as escolas (PROFESSOR DO LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR).

Relativo à segunda pergunta que era referente ao fato de que se ele trabalhava esse tema no currículo, na sua metodologia ou alguma outra ação na escola? Se sim, de que forma? Ele respondeu que:

Não. Essa nova relação ainda é um tema novo para a sociedade e a escola. No espaço que trabalho, o laboratório multidisciplinar, no atendimento de alguns alunos, desconheço se esses sejam de um casal homoafetivo, logo, pouco conheço dessa nova modalidade de relacionamento. (PROFESSOR DO LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR)

Perante os relatos do professor percebemos que em face desse novo conceito de família, a escola ainda o considera tabu, desta forma, acaba omitindo essa relação existente dentro de suas práticas. Ele não trabalha ações curriculares voltadas a esse assunto em suas aulas, pois desconhece sobre esse arranjo familiar. Sendo que na escola, existem famílias homoparentais e os próprios funcionários da mesma desconhecem. Pois é tão naturalizado o modelo nuclear de família que se esquecem de que existem outras formas de composição familiar, como no caso a família homoparental.

Arelado a isto podemos perceber que trabalhar os diferentes arranjos familiares interfere na relação docente e entre a relação dos os alunos em si, como forma de propiciar o dialogo referente a diversidade dentro da sala de aula, promovendo desta forma um debate sobre inclusão e variedades culturais e sociais. Como forma de trabalhar a quebra de preconceitos existentes em vários segmentos na nossa sociedade.

Na estrutura subjetiva da família, onde cada sujeito tem o seu papel (por exemplo: de pai, de mãe, de filho), o mais importante não é a orientação sexual dos pais ou o vínculo biológico entre pais e filhos, mais sim o afeto que os une e a forma como essa família vai estar preparada para enfrentar as adversidades da vida. Analisando a família com um foco na sua realidade psíquica, percebe-se que o vínculo sócio-afetivo pode ser mais forte do que o vínculo biológico, pois o amor entre os membros é o que reflete no respeito entre eles (SILVA JUNIOR, 2005).

Dentro destas novas possibilidades de parentalidade e filiação, vem ganhando destaque as famílias homoparentais, que se sustentam em um vínculo de afeto entre das pessoas do mesmo sexo. Embora os componentes destas famílias não tenham poder biológico de procriar, estas configurações familiares também podem ter o desejo de ter filhos, e através de novas tecnologias de fecundidade, das possibilidades de adoção e pela capacidade de seus membros terem filhos individualmente, isto tem se tornado possível (ZAMBRANO, 2006).

Desta forma, a família homoparental é vista pela maioria das pessoas de forma negativa perante o preconceito que possuem pela orientação sexual dos pais ou mães, pois, constroem-se mitos que homossexuais ou lésbicas não conseguem criar uma criança normalmente, sem que possam influenciar a orientação sexual deles. Uma visão equivocada, pois existem estudos comprovam que isso não é verdade.

Segundo Cruz (2014) mesmo que os profissionais da educação tragam em seus discursos opiniões favoráveis a diversidade e de combate à discriminação principalmente quando relacionadas às famílias homoparentais, estes ainda se baseiam em um modelo

heteronormativo do que seja uma família e reconhecem a configuração familiar nuclear como única distanciando-se da realidade de sua comunidade escolar.

Arelado a isto, o que estamos propondo é que se evidenciem, no currículo, a construção social e os rumos subsequentes dos conhecimentos, cujas raízes históricas e culturais tendem a ser usualmente “esquecidas”, o que faz com que costumem ser vistos como indiscutíveis, neutros, universais, intemporais. Trata-se de questionar a pretensa estabilidade e o caráter a-histórico do conhecimento produzido no mundo ocidental, cuja hegemonia tem sido incontestável. Trata-se, mais uma vez, de caminhar na contramão do processo de transposição didática, durante o qual usualmente se costumam eliminar os vestígios da construção histórica dos saberes (CANDAU; MOREIRA, 2007).

O currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados. Ou seja, no processo curricular, distinta e complexa têm sido as respostas dadas à diversidade e à pluralidade que marcam de modo tão agudo o panorama cultural contemporâneo (CANDAU; MOREIRA, 2007).

Para esse mesmo propósito, pode ser útil a discussão, em diferentes disciplinas, dos rumos de diferentes movimentos sociais (negros, mulheres, indígenas, homossexuais), para que se compreendam e se acentuem avanços, dificuldades e desafios. Líderes desses grupos podem ser convidados a participar das atividades. Exposições e cartazes podem ilustrar trajetórias e conquistas. (CANDAU; MOREIRA, 2007).

A compreensão dos diferentes pontos de vista envolvidos na contenda permite que o (a) aluno (a) desconstrua o olhar do poder hegemônico e infira que outros olhares descortinam outros ângulos, outras razões, outros interesses. Leva-o (a) a compreender melhor alguns dos elementos que promovem a persistência, no mundo de hoje, do ódio, da violência, do racismo, da xenofobia, do fundamentalismo. (CANDAU; MOREIRA, 2007).

Desta forma, perante os relatos dos (as) professores (as) do sétimo ano da escola Irmã Estella Maria sobre as suas ações curriculares em sala de aula, diante a inclusão de famílias homoparentais podemos perceber que ainda é muito difícil a existência de assuntos em sala de aula voltados a esta temática, pois falar em sexualidade é um grande problema nas escolas, devido a resistência que os familiares possuem quanto ao assunto. Pois, segundo os mesmos, é algo que deve ser repassado por eles, não pela escola.

Pude perceber também, que existem professores que tem consciência da importância desta temática ser trabalhada no âmbito educacional e outros que por também não conhecerem, ainda possuem certa limitação quanto ao assunto. Pois ficam perdidos e não

sabem lidar com a situação, assim acabam também contribuindo para a invisibilidade da família homoparental na escola através de suas ações curriculares. Logo, os relatos dos professores contribuíram para que eu pudesse conhecer um pouco da realidade existente nas escolas, em sala de aula, através de suas ações curriculares, como a família homoparental é vista, ou se é vista, através dos conteúdos pedagógicos nas instituições escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante ao que foi exposto, entendo a escola como um espaço de formação social, cultural e humana, penso que a falta de diálogo contribui para o afastamento das famílias deste espaço. Se a escola se esquivava ou se ausenta perante o conhecimento sobre quem são seus alunos e suas famílias constituídos fora daquele espaço, como vivem e de interagir com elas, acaba desta forma reforçando a falta de envolvimento com os sujeitos que compõem seu contexto social e cultural.

Diante ao que me propus analisar, pude conhecer a realidade existente de uma família homoparental, perante a sua relação com a escola que seu filho estuda. Pude compreender como uma escola se organiza pedagogicamente para receber essa família e as práticas curriculares que os professores desenvolvem em prol de um ensino dentro de uma proposta inclusiva.

Desta forma, compreendi que se a relação entre família e escola já é fragilizada, a relação entre família homoparental e escola, é quase inexistente. A escola onde realizei a minha pesquisa nem ao menos sabia que este arranjo familiar existia na instituição.

O preconceito enraizado em nossa sociedade é um dos principais fatores contribuintes para essa invisibilidade, o medo de que seus filhos sofram qualquer tipo de violência faz com que seus pais ou suas mães acabem se ausentando da escola.

Assim, pude compreender que esta temática ainda é considerada um tabu dentro das escolas, onde seus membros, a maioria não estão preparados para trabalhar este assunto em suas práticas curriculares. Ou seja, a família tradicional, formada por pai, mãe e filhos, brancos de classe média e alta, predomina as práticas curriculares brasileiras. Isso ficou evidente, em minha pesquisa, sendo que o que foge a esse padrão heteronormativo é considerado errado, problemático, onde famílias que não se adequam a esse estereótipo são consideradas desestruturadas.

Falar em inclusão é muito fácil, praticar e realizar este processo é muito complexo não somente dentro das escolas, mas em todos os âmbitos e instituições sociais. Devido a grande resistência e preconceito que a maioria das pessoas possuem. Resistência essa que se dá desde remotos momentos históricos, onde o conceito de família foi se modificando, porém a família patriarcal ainda é considerada como modelo correto a ser seguido, principalmente pela religião.

A religião é uma das responsáveis por essa intolerância as famílias que fogem ao padrão tradicional considerado correto de família, pois na antiguidade mesmo existindo, a

homossexualidade era considerada um pecado, onde as pessoas que possuíam essa orientação sexual eram consideradas imorais e doentes. Outro fator relacionado à religião é a bíblia, onde segundo sua doutrina, Deus fez o homem para a mulher e vice e versa, logo, o que foge a isso é considerado um grande pecado pela maioria da sociedade.

Dentro dos vários discursos coletados pude perceber que a religião é o fator principal o qual condena as famílias homoparentais, por vários aspectos. Até mesmo a família Homoparental a qual entrevistei me relatou que tem consciência de que vive no pecado e que pagará por isso. Ou seja, possuem um certo preconceito pela própria forma de vida que elas possuem.

Ademais, pude conhecer um pouco da realidade da educação brasileira perante sua organização pedagógica e práticas curriculares quantos as famílias homoparentais e por isso penso que como educadores, devemos ir para além do que nos é colocado através de um currículo escolar que na maioria das vezes não representa o nosso país e as diversidades existentes nele.

Portanto, devemos lutar por um currículo que promova a inclusão social e educacional, onde possamos principalmente defender e adotar políticas inclusivas para as chamadas minorias, como os diversos arranjos familiares, os negros, homossexuais, dentre outros segmentos sociais, que em sua maioria formam categorias consideradas excluídas e criticadas de forma negativa, socialmente.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, L. F.; OLIVEIRA, J. S. C. A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**: Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs2/index.php/ojs2/article/viewFile/285/275>>. Acesso em 02 jul. 2018.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVALOS, B. **Educação para os pobres: qualidade ou relevância?** Revista Britânica de Sociologia da Educação. v. 13, n. 14, p. 419-436, 1992.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BORRILO, D. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**. Vol. 21(1), jan/jul.1996.

CADETE, V. G.; FERREIRA, S. P. A.; SILVA, D. B. Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso. **Interação em Psicologia**. [Paraná], v.16, n.1, p.101-112, 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/13947/19720>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CANDAU; V. M.; MOREIRA. A. F. B. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CECCARELLI, P. R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XV, n. 161. São Paulo: Escuta, 2002, p.88-98.

COSTA, G. M; FOSSATTI, P; NETO, J. A. S. **Diversidades Familiares e Relação entre Família e Escola no Contexto da Educação Básica**. [S.l.: s.n.], [2010]. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Basica/Trabalho/09_29_12_DIVERSIDADES_FAMILIARES_E_RELACAO_ENTRE_FAMILIA_E_ESCOLA_NO_CONTEXTO_DA_EDUCACAO_BASICA.PDF>. Acesso em: 25 set. 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Biblioteca da educação. Série I. Escola; v.16).

CRUZ, P. O. Escola e homoparentalidade: a relação entre a escola e a família homoafetiva com filhos. In: **14º CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – CONIC/SEMESP**, 2014, São Paulo. Anais do Conic-Semesp. Vol. 2, 2014, Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. Disponível em < <http://conicsemesp.org.br/anais/files/2014/trabalho-1000016550.pdf> > Acesso em 23 nov. 2018.

DANTAS, A.C.D.; ARAÚJO, J. C. A. União estável homoafetiva ou união homoafetiva estável? Uma análise acerca do julgamento da ADI 4277 e ADPF 132 no STF. **Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Direito e Desenvolvimento: Sustentabilidade, Integração e Modernidade**. 2012. Disponível em <<http://www.direitoedesenvolvimento.net/anais/anais2012/gt01/06.pdf>> Acesso em: 26 nov. de 2018.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto, SP: Paidéia, 2007.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 3ª ed. ver. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, M. B. **União Homoafetiva: o preconceito e a Justiça**. 5ª ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

DOURADO, L.F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DAWSON, J. **Este livro é gay**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FARIAS, M. O. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp. 2015.

FERRARI, A. Reflexões sobre a homofobia na escola. In: **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. CASAGRANDE. L. S.; LUZ. N. S. da; CARVALHO. M. G. – 1 ed. Curitiba: ed. UFTPR, 2011.

FISCHER. R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cad. Pesquisa** nº. 114. São Paulo Nov. 2001.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. Escolas Gerenciadas: diretividade, burocratização e controle do trabalho escolar. In: FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: UCG, 2004c.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. **Da amizade como modo de vida**. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. *Gai Pied*, [S.l.], n. 25, p. 38 39, abr. 1981. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FURLANI, J. Pressupostos teóricos e políticas de educação sexual de respeito as diferenças: argumento a favor de um currículo pós-crítico In: FURLANI, J. (org.) **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis: UDESC, 2008b.

FRAZÃO, P. Gays e Lésbicas e Família: Contributos da Terapia Familiar. **Atlas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia**. Universidade do Minho, Portugal, 2010: 404-415.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. **Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade**. Les Online, v. 2, n. 2, p.14-21, 2010. Disponível em: <[http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=viewArticle&path;\[\]=34](http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=viewArticle&path;[]=34)>. Acesso em: 16 set. 2018.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

GUIZZO, B. S. Masculinidades e Feminilidades em Construção na Educação Infantil. In: GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. **Infâncias, Gênero e Sexualidade nas Tramas da Cultura e da Educação**. Canoas: Ulbra, 2013.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em 1ª mão**. Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 13-51.

LACASA, P. Ambiente familiar e educação escolar: A interseção de dois cenários educacionais. Em C. Cool, A. Marchesi, & J. Palacios (orgs.). **Desenvolvimento psicológico**. Porto alegre: Artmed, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBÂNEO, J. C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

LIBÂNEO. Buscando a qualidade social do ensino. In: Organização e Gestão da Escola – **Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBERATI, W. D. **Direito da criança e do adolescente**. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2007.

LIMA, S. S. **Escola e família**: problematizações a partir da homoparentalidade. 2011 Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - UFRS, Porto Alegre, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **A repersonalização das relações de família**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 307, 10 maio 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5201>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LOURO, G. Mulheres nas salas de aulas. In Priore, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. Teoria queer — uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 9 (2), 2001: 541-553.

LOURO, G. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, D. et al. (Orgs.). **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004.

LOURO, G. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-Posições**, v. 19, n. 2 (56). maio/ago. 2008.

LOURO, G. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> . Acesso:22/08/2018.

MARTINS, Fausto; AGUIRRE, Janete. Homoafetivos X Homofóbicos: e a guerra continua... **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**: Garça, n. 14, mai. 2010. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/psicologia/pages/artigos/ART05-ANOVIIIIDIC14MAIO2010.pdf> Acesso em: 09 nov. 2018.

MELLO, L.; GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. A Escola e os Filhos de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOREIRA, A. F. B. **Ênfase e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NEGRÃO, S. **Direito à intimidade sexual**. Disponível em: <http://gontijofamilia.adv.br/2008/artigos_pdf/Sonia_Regina_Negrao/Direito.pdf>. Acesso em 25 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. L. **A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar**. 2015.

OUTEIRAL, José. Família e contemporaneidade. **Jornal de Psicanálise**: São Paulo, v. 40, n. 72, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 out. 2019.

PALMA, Y. A.; STREY, M. N. (2012) **!Família: mostra as tuas caras!** Apresentando as famílias homomaternais. Em M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Orgs.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 221-243). Porto Alegre: EDIPUCRS.

PASSOS, M. C. (2005). Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). **Família e casal** – efeitos da contemporaneidade (pp. 11-23). Rio de Janeiro: PUC-Rio.

PATTO, H. S. **Introdução à Psicologia escolar**. São Paulo: Quatro, 1981.

PERONI, S.; COSTA, M. I. M. Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências. In: FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODE, 8., 2008, Florianópolis. **Psicologia Clínica e Homoparentalidade**: desafios contemporâneos. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Perroni-Costa_46.pdf>. Acesso em 28 nov. 2018.

PICHARDO GALÁN, J. I. (2009). **Entender la diversidad familiar, relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia**. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

PRETTO, N. D. L. Educações e culturas: em busca de aproximações. In: GARCIA, R. L., ZACCUR, E. e GIAMBIAGI, I. (Orgs.) *Cotidiano: diálogos sobre diálogos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PRETO, V. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2015.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, J.R.T. (1984). Família, Emoção e Ideologia. Em S.T.M Lane & W. Codo (Org.). **Psicologia Social**: O Homem em Movimento (pp. 99-124). São Paulo: Ed. Brasiliense.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 (ed. or.: 2002).

SACRISTÁN, G.J. A. **Educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAMBRANO, T. M. Relação instituição de educação infantil e família: um sonho acalentado, um vínculo necessário. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil**: para quê, para quem e por quê? Campinas: Editora Alínea, 2006.

SANTOS, L. L. C. P. O processo de produção do conhecimento escolar e a Didática. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Conhecimento educacional e formação do professor**. Campinas: Papirus, 1995.

SILVA, T. T. **Currículo como fetiche**: a poética e política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCOTT, Joan. **O cidadão paradoxal**: feministas francesas e direitos humanos. Paris: Ed Albin Michel, 1998.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento**: Infância e adolescência. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

TORRES SANTOMÉ, J. As culturas silenciadas no currículo. IN: SILVA, T.T. (Org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. Série Cadernos da Diversidade.

TORRES, C. V. **Psicologia e Comportamento**. Salvador: UNIFACS, 2013.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

ZAMBRANO, E. **O direito à homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Vênus, 2006.

APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, Iracy Maués Rodrigues, responsável principal pela pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, a qual pertence ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), venho pelo presente, solicitar autorização da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO IRMÃ ESTELLA MARIA, no período de 13 de Novembro de 2018, para o trabalho de pesquisa, sob o título **“A PRESENÇA DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA”**, com o objetivo geral compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola e de que forma a escola trabalha em seu currículo os diferentes arranjos familiares. Dentre os objetivos específicos resolvi analisar a organização pedagógica da escola Irmã Estella Maria perante o fato de receber uma família homoparental; compreender o que a família homoparental pensa sobre a sua inserção na escola e identificar as ações curriculares que os professores desenvolvem para a inclusão das famílias homoparentais na escola. Na condição de discente do curso de Pedagogia, a temática relacionada a família, gênero e sexualidade e currículo me despertou interesse na busca por tentar compreender como uma família homoparental é recebida no âmbito escolar de seu filho, pois, é notável que a presença de crianças nas escolas originadas dos vínculos entre esses casais torna-se cada vez mais frequente e, a criança advinda desse tipo de união deverá, igualmente, ter direito a uma educação sem discriminações. É muito presente na sociedade o fato de o modelo tradicional de família (mãe, pai e filho) ser considerado como correto. E o que foge disso, ser estranho, errado por muitas vezes. Desta forma, abordar o tema na escola faz-se de extrema importância, pois envolve vários campos do currículo, de forma a contribuir para o respeito à diversidade de sexo, gênero e família, assuntos que entre si interligam-se. Considero esse tema de total importância para a área educacional, pois são questões que cotidianamente estão sendo trabalhadas no âmbito escolar, familiar e social, de modo que, discutir e trabalhar nas instituições deve ser percebido como uma maneira de educar seus alunos e todos os elementos envolvidos, para contribuir na quebra de preconceitos, de padrões unificados, pois nas escolas, nas famílias, na sociedade são produzidos sujeitos, portanto deve-se ter muita cautela e responsabilidade durante esse processo.

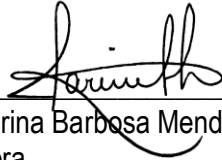
Esta pesquisa está sendo orientada pela Professora Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Assinatura do Pesquisador Principal

RG: 7285272

Matricula: 201501440022



Prof.ª Dr.ª Sandra Karina Barbosa Mendes

Professora Orientadora

RG: 3080348

Matricula SIAP: 3010155

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



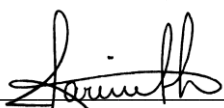
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa aborda o título, “A PRESENÇA DAS FAMILIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA” está sendo desenvolvida por IRACY MAUÉS RODRIGUES, aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes. Trata-se de uma pesquisa em fase de levantamento dos dados, cujos objetivos são compreender o que a comunidade escolar pensa sobre a presença das famílias homoparentais na escola e de que forma a escola trabalha em seu currículo os diferentes arranjos familiares. Deste modo, solicitamos sua colaboração para fornecer documentos oficiais sobre o referido assunto, como relatórios ou mesmo entrevista, entre outros. Solicitamos também, sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em relatório científico. Por ocasião da publicação das informações, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a seu trabalho ou vida social ou pessoal. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Atenciosamente,



Prof.^a Dr.^a Sandra Karina Barbosa Mendes
Orientadora de Pesquisa

Iracy Maués Rodrigues
Pesquisador (graduando)

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal